

TERRA SIM BARRAGENS NÃO

1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens



TERRA SIM BARRAGENS NÃO

1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens

SUMÁRIO

PREFÁCIO

6

INTRODUÇÃO

7

OS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

- 8** Região Norte
Região Nordeste
Região Sudeste
Região Sul
Região Centro-Oeste

AS QUESTÕES DISCUTIDAS

- 30** O problema
Estado e Setor Elétrico
A prática do Setor Elétrico
Os efeitos perversos das hidrelétricas
Quem são os atingidos?
Estratégias e práticas do movimento
Organização do movimento
Papel das entidades de apoio e assessoria
Resoluções finais

CARTA DE GOIÂNIA

37

Abreviaturas e siglas utilizadas no texto

39

Pessoas/entidades que colaboraram na elaboração do texto

40

PREFÁCIO

A questão energética é, sem dúvida, central para qualquer sociedade. No Brasil, esta questão sempre foi mantida escondida a sete chaves, com os governos fazendo e desfazendo, privilegiando os grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais.

Esta forma de tratar a questão energética, deixando ao povo apenas a conta para pagar, não é, e não pode mais ser aceita.

O movimento de resistência a esta política do setor elétrico tem hoje um de seus pilares na luta e organização dos atingidos por barragens. Ao longo de todo o Brasil existem muitos movimentos populares de atingidos por barragens que lutam em defesa dos seus direitos e, principalmente, contra esta política de exploração. Já há vários anos estes movimentos vêm se organizando, como por exemplo, os atingidos pelas barragens de Itaipu, Itaparica, Tucuruí, Itá e Machadinho e outros.

Apesar da luta destes movimentos, o setor elétrico continua com sua política de produzir energia a qualquer preço, não se importando com os desastres ecológicos, com a cultura e a sobrevivência dos índios, ou com o bem-estar dos operários e trabalhadores rurais (camponeses).

As experiências de lutas localizadas dos trabalhadores apontam para conquistas também localizadas, como é o caso dos reassentamentos nas barragens do Itá (SC e RS), Itaparica (PE e BA), ou a suspensão da barragem de Capanema (Paraná) por 10 anos.

A luta dos trabalhadores rurais e dos índios começa a marcar uma nova etapa em todo o Brasil. É a luta pela terra, é a luta em favor da ecologia, enfim, a luta pela mudança na forma de pensar e, principalmente, de agir do governo brasileiro, hoje totalmente alheio às necessidades do povo.

Articular as lutas da Amazônia, do Nordeste, do Sudeste, do Sul do Brasil é uma obrigação dos movimentos populares que querem a mudança em nosso País. Foi com este objetivo, de discutir em conjunto as questões que dizem respeito à produção de energia elétrica (principalmente através das barragens) e às experiências da luta dos trabalhadores de todo o Brasil, que foi realizado nos dias 19, 20 e 21 de abril de 1989, em Goiânia, o **1º ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS**, coordenado pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP).

A discussão realizada pelos participantes deste encontro em Goiânia não foi conclusiva, mas sim o início de um debate sobre a questão energética em nosso país e a organização dos atingidos por barragens.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DOS TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS:

Avelino Ganzer

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Coordenador do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

Luís Dalla Costa

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS — CRAB

Representante da Região Sul

Benedito do Prado

SINDICADO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTAMIRA/PARÁ

Representante da Região Norte

Januário Moreira da Silva Neto

POLO SINDICAL DO SUB-MÉDIO DO S. FRANCISCO PE/BA

Representante das Regiões Nordeste e Sudeste

INTRODUÇÃO

A CRAB, que a partir da luta contra as barragens de Itá e Machadinho passou a organizar outros movimentos regionais, procurou o DNTR-CUT em 1988 visando a criação de uma articulação nacional dos movimentos de atingidos por barragens. A partir daí, a CUT incentivou a realização de encontros estaduais — ou regionais — de atingidos. Estes encontros trataram, dentre outros temas, da realização de uma reunião nacional de atingidos por barragens.

O chamamento da CUT encontrou resposta em quase todas as regiões do país. Dias 17 e 18 de fevereiro de 1989, em Altamira (Pará), aconteceu o Primeiro Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu, que reuniu Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), associações de classe e organizações não governamentais. No encontro, foi criada a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX) e escolhidos delegados para participarem do Encontro Nacional. No dia 10 de março/89, ocorreu o Encontro Estadual sobre Barragens do Estado do Amazonas, reunião preparatória do Encontro Nacional. Dia 30 do mesmo mês, foi realizado em Rondônia o Encontro Intermunicipal sobre Barragens, convocado pela CUT-Rondônia e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na região Nordeste, o Encontro Regional de Atingidos por Barragens foi realizado em Igarassu (Pernambuco), nos dias 10, 11 e 12 de março de 1989. Participaram representantes dos atingidos das barragens de Castanhão (Ceará), Xingó (Alagoas e Sergipe), Pão-de-Açúcar (Alagoas e Sergipe), Pedra do Cavalo (Bahia), Sobradinho (Bahia) e Itaparica (Pernambuco e Bahia), além de STRs e organizações não governamentais. Nesta ocasião, foi formada a Comissão de Atingidos por Barragens da Região Nordeste.

Atingidos por Barragens dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais encontraram-se nos dias 17 e 18 de março/89. Representantes dos atingidos por barragens do Vale do Rio Jequitinhonha (Minas Gerais) e do rio Paraíba (Minas Gerais e Rio de Janeiro) discutiram uma articulação regional e nacional.

No Sul, nos dias 18, 19 e 20 de março/89, a CRAB, em sua 4ª Assembléia Geral dos Atingidos, coordenou a escolha de delegados para o Encontro Nacional, convidando representantes de atingidos pelas barragens Dona Francisca (Rio Grande do Sul), Itaipu (Paraná), representantes das comunidades indígenas Kaingang de Iraí (RS) e de Chapecozinho (SC) e, ainda, da Comissão Regional de Atingidos por Barragens do rio Iguaçu — CRABI (Paraná).

Os encontros regionais efetivamente prepararam o Encontro Nacional levando a Goiânia delegados e observadores de todo o país. A única região que não se preparou através de encontro regional ou estadual foi a Centro-Oeste, onde ainda não há um movimento regional de atingidos, mas, no entanto, o movimento localizado participou do Encontro Nacional.

O Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens atingiu dois de seus principais objetivos: a troca de experiências entre representantes dos movimentos de atingidos por barragens e sua articulação nacional em Comissão Nacional Provisória. A diversidade dos movimentos regionais e locais encontrou unidade na oposição ao inimigo comum — a política energética do governo consubstanciada no Plano 2010 — e, ainda, na articulação promovida pelo DNTR da CUT. A CUT, integrando a coordenação da Comissão Nacional Provisória, conseguiu dar unidade à luta levada pelos colonos do sul do país, pelos povos indígenas e, ainda, pelos camponeses do rio São Francisco e da Amazônia.

O objetivo deste texto é apresentar a situação dos movimentos de atingidos por barragens que participaram do Encontro Nacional e, ainda, apontar os principais pontos dos debates ocorridos e suas conclusões.

OS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS

O Movimento de Atingidos por Barragens é, talvez, o movimento social no campo com maior diversidade: o movimento acontece em diferentes situações que marcam sua organização política.

A participação do movimento sindical de trabalhadores rurais (STR) se dá de forma diferenciada. Em alguns casos, o STR é a liderança do movimento; em outros, apenas mais uma entidade de apoio.

A população diretamente atingida reflete as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato no Brasil. Entre as regiões e dentro de cada região, a população rural atingida não é uma homogênea e assim pode se organizar diferentemente na resistência às barragens.

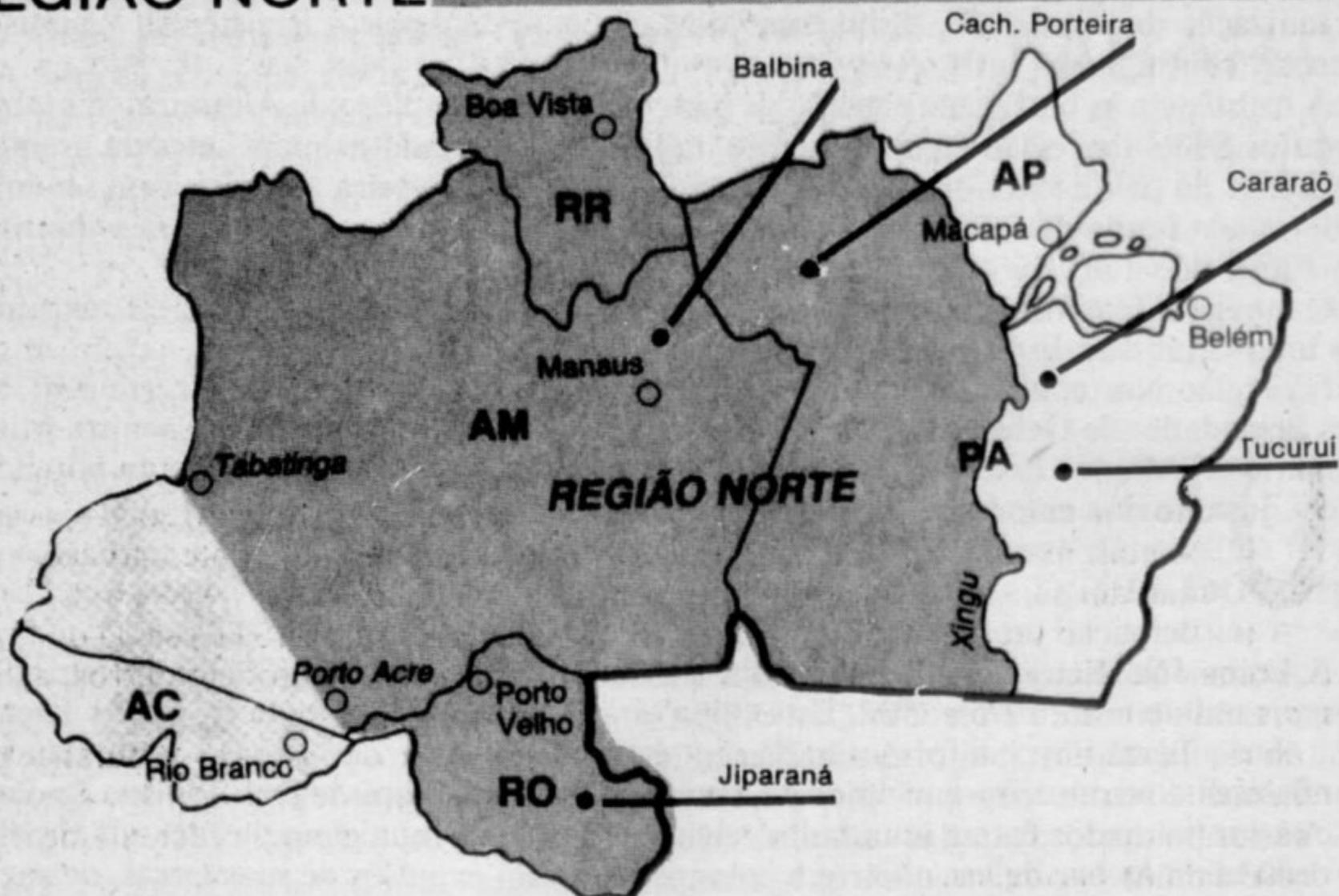
Os movimentos de atingidos são criados em diferentes estágios no planejamento e construção das hidrelétricas. Alguns movimentos articularam-se antes mesmo do início da construção. Ainda na fase de planejamento da implantação das hidrelétricas, os movimentos lutam contra a barragem. Em outras situações, os movimentos somente surgem quando do início da construção ou até mesmo do enchimento do reservatório. Ou, ainda, como um terceiro caso, os movimentos são articulados após a efetiva construção e enchimento do reservatório.

Estas articulações em diferentes fases do planejamento e implantação de hidrelétricas resultam em movimentos relativamente diferenciados em sua forma organizativa e bandeiras de lutas.

Os Movimentos de Atingidos podem expressar uma luta local ou regional. Em algumas áreas do país, os movimentos surgem como uma resposta da população a uma ação localizada do setor elétrico. Em outras situações, o movimento já traz em sua origem um caráter mais regional, expresso, em alguns casos, em sua própria autodenominação.

No Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, formaram-se, a partir de diversidade dos movimentos de atingidos, quatro grandes delegações de trabalhadores, representando, grosso modo, grandes regiões do Brasil, além da Centro-Oeste, não estruturada regionalmente.

REGIÃO NORTE



A delegação da região Norte foi composta por representantes dos Movimentos dos Atingidos, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), da CUT, da CPT, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das igrejas que atuam na área das hidrelétricas de Tucuruí (PA), Balbina (AM), Xingu (PA), Ji-Paraná (RO) e Cachoeira Porteira (PA).

Região Norte — Hidrelétricas com Movimentos de Atingidos

UHE	RIO	ESTADO	Área d/Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE (início construção/reservatório)
Tucuruí	Tocantins	PA	2.830	3.960	Construída
Balbina	Uatumã	Amaz- nas	2.346	250	Construída
Belo Monte/Juruá (Complexo de Altamira)	Xingu	PA	1.200	11.000	Planejamento (1992/1998)
Babaquara (Complexo de Altamira)	Xingu	PA	6.200	6.600	Planejamento (1992/1998)
Cachoeira Porteira	Trombetas	PA	1.079	700*	Planejamento (1990/1995)
Ji-Paraná	Machado	Rondônia	957	512	Planejamento (1991/1995)

* 1.ª etapa

Dados: ELETROBRÁS

Na barragem de Tucuruí, além do movimento dos camponeses da área do reservatório, o movimento da população a jusante (rio abaixo) acentua, particularmente no caso da Amazônia, que a população mesmo fora da área de inundação dos reservatórios po-

de ser diretamente atingida. Na UHE Balbina, STRs de municípios jusante iniciam a organização da população, assim como o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari continua sua luta.

A resistência às barragens planejadas para o Xingu (Complexo de Altamira) já mobilizou os STRs da região e comunidades indígenas, ganhando as manchetes da grande imprensa do país e exterior. O movimento da Cachoeira Porteira ainda está em seu início, onde a Igreja de Oriximiná e a CUT tentam articular a população negra a jusante do futuro local do eixo de barramento.

O movimento em Ji-Paraná está se organizando a partir dos STRs e da CPT, existindo uma Comissão Estadual de Barragens.

Na região Norte, é destacada a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na assessoria aos movimentos, assim como a participação da população a jusante dos empreendimentos hidrelétricos.

UHE TUCURUÍ

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída pela ELETRONORTE no período compreendido entre 1975 e 1985. Esta usina está localizada a 13 km da cidade de Tucuruí, no rio Tocantins, e a formação do seu reservatório — de 2.830 Km² — inundando parcialmente terras dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará. Vários povoados foram inundados, inclusive a sede do município de Jacundá e mais de 5.000 famílias — de vazanteiros e colonos — foram expulsos de suas terras, de suas casas, tendo que alterar todo o seu modo de vida. A energia gerada em Tucuruí atende principalmente aos grandes projetos minero-metalúrgicos da ALBRAS, da ALCOA e da CAMARGO CORREA METAIS. A Camargo Correa foi também a principal empresa construtora das obras civis da usina.

O MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ surgiu ao final de 1981, quando a ELETRONORTE estava dando por concluídas as indenizações e concedendo uma pequena ajuda em dinheiro para que a população saísse por conta própria da área a ser inundada. As indenizações eram insignificantes, não contemplavam todos os moradores da área e a ELETRONORTE não havia previsto nenhuma política de relocação.

Em 1978/79, três anos após o início da construção da Usina, a ELETRONORTE, sem nenhum esclarecimento à população, iniciou o cadastramento das benfeitorias e ao mesmo tempo avisou que qualquer plantação feita após aquela data não seria indenizada. Nesta época, a ELETRONORTE prometia justas indenizações, lotes rurais para todos e casas melhores do que as existentes em toda a região.

Dois anos se passaram... A empresa, neste período, pagou algumas indenizações e transferiu alguns colonos para o Loteamento Rio Moju, onde os lotes são de 10 alqueires, o que contraria o módulo rural da região; as terras são de péssima qualidade para as culturas tradicionais da área; não tem água, e a maioria dos lotes é cortada pelas linhas de transmissão. Somente um pequeno número de famílias foi transferido para este loteamento; em condições precárias, estas famílias tinham que construir suas casas e iniciar a plantação em terreno de mata fechada, sem qualquer ajuda. Muitos foram transferidos durante o inverno amazônico, quando é impossível fazer a broca e a derrubada para iniciar a roça. As famílias que não foram transferidas permaneciam no local, sem plantar, aguardando a relocação. Em 1981, quando a empresa retoma o pagamento das indenizações, já não havia culturas temporárias e as culturas permanentes eram indenizadas com quantias irrisórias, estipuladas por uma tabela feita pela ELETRONORTE que era desconhecida da população.

O desespero dos vazanteiros e colonos crescia à medida em que se viam sem ter condições de sair da área que ia ser inundada. Estavam sem terra, sem casa, sem dinheiro para reiniciar a vida em outro local.

Todas as promessas da ELETRONORTE não estavam sendo cumpridas. Ao final de

1981, vazanteiros e colonos começam a elaborar vários documentos que enviam à ELETRONORTE e às autoridades, mostrando a difícil situação que estava sendo vivenciada. Abaixo-assinados, denúncias, reivindicações, nada surtia resultado.

A falta de providências da empresa e o descaso com que tratou as mais de 5.000 famílias motivaram a realização de um PRIMEIRO ACAMPAMENTO, em setembro de 1982, com a participação de 400 pessoas. Estas 400 pessoas, incluindo mulheres e crianças, permaneceram durante três dias acampados em frente ao escritório da ELETRONORTE, na cidade de Tucuruí, reivindicando: TERRA POR TERRA, lotes de 21 alqueires; VILA POR VILA; CASA POR CASA; INDENIZAÇÕES JUSTAS E RECUPERAÇÃO DOS PREJUÍZOS. Neste Acampamento, a ELETRONORTE apenas se comprometeu a analisar as reivindicações, transferindo toda a responsabilidade sobre a questão da terra para o GETAT, órgão fundiário do governo militar comprometido com a política de grandes latifundiários para a região do Araguaia-Tocantins.

Nenhuma providência concreta foi tomada pela empresa. Em abril de 1983, foi realizado um SEGUNDO ACAMPAMENTO, novamente em frente ao escritório da ELETRONORTE, onde estiveram reunidos cerca de 2.000 pessoas. O movimento tinha força e contava com a adesão dos três municípios mais atingidos — Tucuruí, Jacundá e Itupiranga. Diante da pressão dos 2.000 expropriados acampados, mantendo as mesmas reivindicações, do apoio de pessoas e entidades comprometidas com as lutas populares, e da ampla cobertura da imprensa, a ELETRONORTE se comprometeu a rever a sua política de realocação. Foi criada a Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí que, naquela ocasião, foi convocada a Brasília para negociar com a Presidência da empresa. Enquanto a Comissão negociava em Brasília, os expropriados continuavam acampados e, embora vigiados por agentes das Polícias Federal e Militar, decidiram a permanecer no local até o atendimento de todas as suas reivindicações. A ELETRONORTE, então, se comprometeu a: relocar todos os expropriados para lotes de 100 ha, construir vilas e casas para todos que moravam nos povoados; fornecer uma ajuda de construção para as casas no lote rural; abrir estradas vicinais em todos os loteamentos; perfurar poços; e, pagar uma indenização pelo tempo proibido de plantar, mediante acordos que seriam feitos junto ao Governo Federal com a utilização do FINSOCIAL.

A ELETRONORTE, ainda em 1983, iniciou a aquisição e/ou demarcação dos lotes rurais, a construção das vilas e das casas, etc. No entanto, através de acordos com o GETAT manteve os lotes de 50 ha, contrariando o Estatuto da Terra. Realizava todos os trabalhos com morosidade, o que motivou uma série de reuniões com a Comissão Representativa dos Expropriados durante todo o ano de 1983 e 1984. Incansavelmente, os expropriados continuaram a pressionar e mobilizaram-se para tomar os sindicatos que haviam se omitido durante todo o processo. Elegeram as diretorias dos Sindicatos de Tucuruí e Jacundá. A Comissão passou a trabalhar junto aos Sindicatos, uma vez que alguns dos seus membros passaram a ser também diretores sindicais.

Tendo apenas iniciado os trabalhos de relocação, em ritmo precário, alegando insistentemente falta de recursos, a ELETRONORTE fecha as comportas para o enchimento do Reservatório, em 5/9/84. Os Expropriados de Jacundá e Itupiranga ainda não haviam recebido os seus lotes e a maioria dos expropriados de Tucuruí estava assentada na terra dos índios PARAKANA, que também tiveram o seu território inundado e não tinham a sua Reserva definida. A iminência de um conflito entre os índios e os expropriados obrigou estes últimos a deixar as suas terras, até que a situação fosse resolvida. Muitas famílias permaneciam na área a ser inundada e foram retiradas às pressas pela ELETRONORTE.

Os expropriados decidiram se reunir em Novo Repartimento e seguir para Tucuruí para, mais uma vez, exigir o cumprimento do acordo realizado durante o SEGUNDO ACAMPAMENTO. Foram surpreendidos por uma guarnição da Polícia Militar que bloqueou a estrada que liga Repartimento a Tucuruí, espancou cerca de 15 expropriados e buscou intimidar a todos com metralhadoras, fuzis, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, etc. Os expropriados não se deixaram abater e, contando com o apoio de en-

tidades democráticas reunidas em Belém e com a cobertura da imprensa, exigiram do governador a retirada do cerco policial. No dia 5 de outubro, conseguiram formar o acampamento em Tucuruí, na avenida que dava acesso ao Escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário da ELETRONORTE. A população de Tucuruí dava o seu apoio com mantimentos, remédios, etc. A população de jusante que estava sendo prejudicada com o barramento total do rio — sem água, sem navegação — também dava o seu apoio, através de atos públicos, enviando mantimentos, etc. A Comissão dos Expropriados novamente foi a Brasília e conseguiu assegurar a agilização dos trabalhadores de relocação e dar encaminhamento para a resolução do problema dos Parakanã. Restava assegurar a indenização pelo tempo proibido de plantar, quantia que serviria para iniciar os trabalhos de broca e derruba no novo lote. Os expropriados, em média 2.500 a 3.000, incluindo mulheres e crianças, permaneciam no Acampamento aguardando a demarcação dos seus lotes e a indenização.

Em 24 de novembro, dia da inauguração da usina, a ELETRONORTE montou um forte esquema de segurança e um grande acontecimento publicitário. Como parte da estratégia de publicidade, foi anunciada pelo Presidente da República a liberação da verba do FINSOCIAL para o pagamento de uma quantia equivalente à broca e derruba de um alqueire de terra, na Amazônia. A morosidade dos trabalhos e o descaso da ELETRONORTE para com a população persistiram. Em fevereiro/março de 1985 a situação foi agravada com a inundação dos lotes de mais de 600 famílias que já haviam sido reassentadas. A ELETRONORTE tinha errado, por imperícia e por irresponsabilidade, a área da cota de inundação. Os expropriados, cansados de firmar acordo com a empresa, que durante sete anos havia desrespeitado a população e, frente a uma situação de verdadeira calamidade pública, novamente se mobilizam e conseguem a criação de uma Comissão Interministerial, com a participação dos Ministérios da Reforma Agrária, das Minas e Energia, do Interior e da Justiça que ratificou todas as reivindicações.

A partir de 1985/86, começaram a se agravar os problemas da população da jusante, que com o barramento do rio, cobrindo uma área de floresta não desmatada, passou a sofrer as conseqüências da péssima qualidade da água, da redução do pescado e da alteração do regime de vazante. Mobilizada, a população de jusante — que engloba os municípios de Mocaiuba, Baião, Limoeiro do Ajurú e Cametá —, através dos seus sindicatos reivindicou da ELETRONORTE a realização de pesquisa sobre a qualidade da água, o comportamento dos peixes, a proliferação de mosquitos, o grande número de doenças, principalmente de pele e diarreias. Além da reativação dos postos de saúde, que funcionaram temporariamente durante o fechamento da barragem.

O comportamento da ELETRONORTE não se alterou. Continuou postergando as decisões mais imediatas, dando pouca importância à grave situação que provocou. Em 1987 e em 1988, foram realizados mais dois acampamentos pelos expropriados, tentando ainda a relocação para o lote rural, material e ajuda para construção da casa, melhoramento de estradas vicinais e atendimento médico que foi suspenso, embora a ELETRONORTE mantenha um hospital de atendimento para os seus funcionários e de suas empreiteiras. A situação dos expropriados foi agravada a partir de 1987, com a proliferação de mosquitos, principalmente na margem esquerda do reservatório, onde está assentada a maioria dos expropriados de Tucuruí. Estes mosquitos são desconhecidos na região e incontroláveis pelos métodos até agora utilizados pela SUCAN. Desde o final de 1988, o convênio realizado entre a ELETRONORTE e a SUCAN está sem verba, e a incidência de mosquitos aumenta na área, atingindo inclusive a Reserva Indígena Parakanã, distante cerca de 12 km do reservatório.

A ELETRONORTE considera a “experiência Tucuruí” um grande sucesso. Mas, a relocação não concluída, os lotes apenas de 50 ha, a falta de assistência médica, a proliferação de mosquitos, a péssima qualidade da água, a morte de açazais e do cacau de várzea, a escassez de peixes na jusante, a grande incidência de doenças são alguns dos problemas atuais que enfrentam a população desta região tocantina. Para lutar contra este descaso da ELETRONORTE, os expropriados de montante e os atingidos de ju-

sante se uniram e formaram a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí — CAHTU —, em 1989. O movimento de Tucuruí não é um movimento do passado. A situação não está resolvida.

UHE BALBINA

Um dos exemplos da irracionalidade governamental no que tange às violências sociais e ambientais provocadas por hidrelétricas é Balbina, localizada no rio Uatumã, a cerca de 146 km da cidade de Manaus.

Apesar dos alertas de inúmeros cientistas sobre o risco do fechamento de suas comportas, mediante gravíssimos erros técnicos, a ELETRONORTE concretizou esse fato em 1988. Ou seja, teve início o processo de inundação de uma área que culminará, especialmente com a desestruturação dos índios Waimiri-Atroari e centenas de famílias de lavradores.

A Prelazia de Itacoatiara, a CUT, o STR e o CIMI fizeram um levantamento das famílias diretamente atingidas, ultrapassando em muito as 276 contabilizadas pela ELETRONORTE.

O lago demorou um ano e meio para encher e a Eletronorte negou assistência aos atingidos. Os problemas ambientais indicados em estudos trazem graves conseqüências à população a jusante da barragem. A água tornou-se poluída, os peixes começaram a morrer e a população ribeirinha sofreu: o rio que era usado como principal meio de transporte agora é barrado.

A partir de reuniões com a CUT, as entidades tiraram duas linhas de ação: indenização para a população atingida e ação contra a ELETRONORTE na justiça por crime.

POVOS INDÍGENAS

Após uma longa história de violência, inclusive com expedições punitivas dos governos regionais, os Waimiri-Atroari ainda viviam, em 1960, espalhados em aldeias nos vales dos rios Camaná, Alalaú, Igarapé Santo Antônio do Abonari e seus afluentes e cabeceiras. Utilizavam também os rios Jauaperi e médio Uatumã — local onde se construiu Balbina — para suas atividades de caça, pesca e coleta.

Pelo Decreto n.º 85.898, uma área foi desmembrada da área indígena pela ELETRONORTE, para a construção da hidrelétrica de Balbina.

Diante desses fatores, a FUNAI obrigou os Waimiri-Atroari a se fixarem em aldeamentos próximos aos postos, alguns localizados próximos à BR-174. Os funcionários fortaleceram a imposição de um regime disciplinar de trabalho aos indígenas, submetendo-os a um estilo de vida completamente alheio aos seus costumes tradicionais.

A hidrelétrica de Balbina inunda a parte sudeste do território dos Waimiri-Atroari, obrigando a retirada de cerca de um terço do total dessa população de suas aldeias e de famílias de lavradores localizados na redondeza.

A transferência obrigatória dos indígenas de suas terras, além de violentar suas relações com o meio ambiente, desencadeia a desorganização social motivada por um longo período de readaptação a uma nova área.

A FUNAI está reforçando a política policialesca entre os Waimiri-Atroari, para atender os interesses das grandes empresas de mineração e de projetos como Balbina.

UHEs BELO MONTE/JURUÁ E BABAQUARA

Depois do 1.º Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu e da criação da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX), aconteceu o Encontro das Nações Indígenas em Altamira (entre 20 e 25 de fevereiro/89), cujo objetivo principal foi a denúncia da construção de hidrelétricas no rio Xingu que são uma ameaça para a vida de sete povos indígenas na região.

As barragens de Belo Monte e Babaquara atingirão diretamente os Juruna, Arara, Kararaô, Xikrin, Asunirí, Araweté e Parakanã. Seus territórios serão parcial ou totalmente submersos e várias de suas aldeias serão deslocadas. Assim, estará se acentuando o processo de confinamento e expropriação territorial, redução demográfica e destruição a que vêm sendo submetidos desde o final do século XVI.

No dia do Encontro das Nações Indígenas, a União Democrática Ruralista (UDR) promoveu uma passeata na cidade de Altamira em defesa da construção das Hidrelétricas. A UDR e a ELETRONORTE dizem que as hidrelétricas trarão o progresso para a região.

A ELETRONORTE está planejando seis UHEs na bacia do rio Xingu, sendo as principais a UHE Belo Monte/Juruá, que atingirá diretamente cerca de 16.000 pessoas e seis povos indígenas e ainda a UHE Babaquara.

O projeto de construção destas hidrelétricas provocou um grande debate nacional e internacional.

Desde fevereiro de 1989 o STR de Altamira vem desenvolvendo um trabalho junto à população atingida, com o auxílio da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) e da Prelazia do Xingu.

UHE CACHOEIRA PORTEIRA

A UHE Cachoeira Porteira pretende atender à demanda de energia elétrica de Manaus e empresas mineradoras.

O reservatório vai atingir áreas indígenas e a movimentação das empresas na área já está provocando a intensificação de contatos da população indígena com não-índios. Além disso, sabe-se da existência de índios não aldeados na área do futuro reservatório.

O rio Trombetas é, tradicionalmente, habitado por comunidades negras originárias de antigos quilombos. Os camponeses negros nunca tiveram a propriedade das terras em que vivem. Esta população negra foi expulsa de parte de suas terras por um projeto de mineração e também pela criação de uma reserva biológica na região. A população negra diretamente atingida chega a cerca de 8.000 pessoas.

O Relatório de Impacto Ambiental — RIMA — da UHE Cachoeira Porteira encontra-se atualmente na Secretaria de Saúde do Pará, para o exame que decidirá a concessão, ou não, da licença ambiental que autoriza a construção do empreendimento. O RIMA da UHE Cachoeira Porteira será o primeiro, no estado do Pará, a ser submetido a uma audiência pública.

POVOS INDÍGENAS

A região atingida pela hidrelétrica de Cachoeira Porteira é habitada por vários povos indígenas. O território indígena mais próximo da área do futuro reservatório é a Área Indígena (A.I.) Nhamundá-Mapuera.

A A.I. Nhamundá-Mapuera tem 1.022.400 hectares e foi demarcada em 1988. Este território abriga uma população indígena pertencente aos povos Hixkaryana, Kaxuyana, Wai-Wai, Katuena, Xereu, Mawayana e Karafawyana. Uma parte do povo Kaxuyana reside mais ao norte, nos limites do Parque Indígena Tumucumaque. Este parque, com uma extensão de 270.000 hectares, está localizado nos municípios de Almerim, Óbidos, Oriximiná e Alenquer (Pará).

Os índios da A.I. Nhamundá-Mapuera já vêm sentindo as conseqüências de mais este projeto da ELETRONORTE. Para a realização dos estudos, foram abertas mais de cem clareiras dentro de seu território e instalado uma base de apoio na aldeia Mapuera. A atuação da FUNAI foi, até agora, apenas no sentido de garantir a realização dos trabalhos da ELETRONORTE. Como se viu nos casos das hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, o objetivo da FUNAI não tem sido o de defender os direitos dos índios, mas o de convencê-los a aceitar o projeto.

A área Nhamundá-Mapuera não será inundada neste primeira etapa do aproveitamento hidrelétrico do Trombetas. No entanto, os povos indígenas que lá residem sofrerão os efeitos das grandes alterações que a instalação de Cachoeira Porteira provocará em toda a região. A vinda de milhares de pessoas atraídas pela obra representará, sem dúvida, um aumento no risco de invasões de seus territórios. De outro lado, as comunidades indígenas serão vítimas também das mudanças ecológicas provocadas pelos desmatamentos, pelo surgimento do lago, etc.

Existem ainda, na região próxima da futura barragem, vários povos indígenas isolados, isto é, que não mantêm contato permanente com não-índios. São muito poucas as informações que se têm sobre estes grupos, sendo desconhecida até mesmo sua localização exata. Estes povos encontram-se ainda mais ameaçados pela hidrelétrica de Cachoeira Porteira.

UHE JI-PARANÁ

Cerca de 2.417 famílias de trabalhadores rurais serão atingidas depois do enchimento do reservatório da barragem de Ji-Paraná.

Pelo levantamento feito pelos atingidos, a barragem inundará totalmente cerca de 409 lotes, 452 parcialmente, e 464 lotes ficarão isolados (ilhados).

A UHE vai ser um desastre para a população indígena camponesa e de trabalhadores urbanos. No rio Machado, onde será construída a UHE, o terreno é muito plano, o que resultará em grande área inundada.

O discurso do Setor Elétrico é o mesmo de outras áreas atingidas: a UHE vai trazer o progresso.

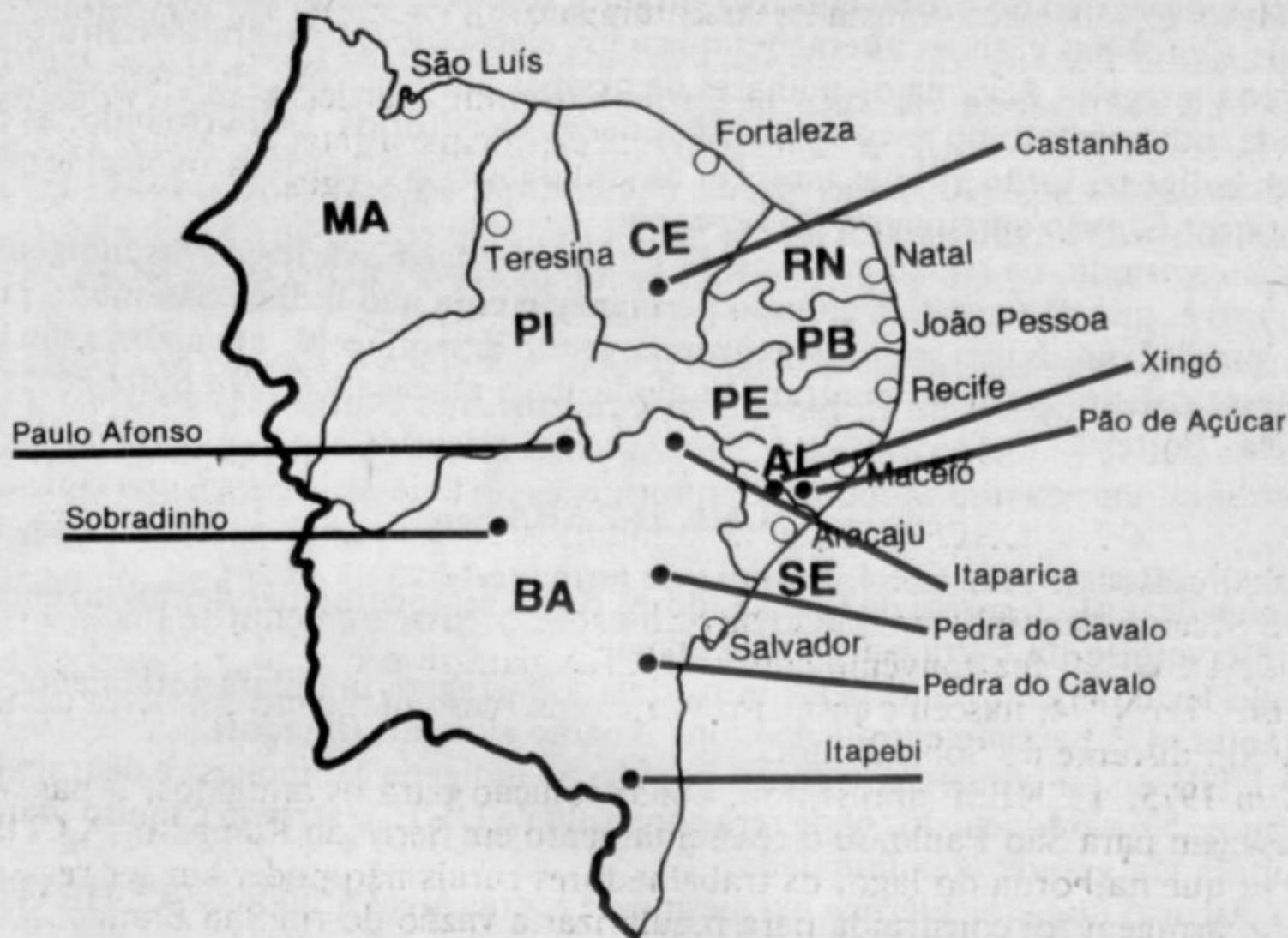
A previsão de início das obras é para o segundo semestre de 1991. Foi criada uma comissão intermunicipal de atingidos por barragens a partir dos STRs, com um representante da CUT, um da CPT e pelos STRs de Jarú, Ji-Paraná, Presidente Médice, Ouro Preto, Cacoal e Pimenta Bueno.

A Comissão Estadual de Rondônia ajudará a formar comissões em cada município, com representantes da CUT, STRs, movimentos populares, pastorais, igrejas e partidos políticos.

A Comissão Estadual vai trabalhar junto aos atingidos da hidrelétrica de Ji-Paraná.

A hidrelétrica Ji-Paraná atinge áreas indígenas dos povos Gavião, Araras e Tenharim, que estão articulados contra a construção da barragem.

REGIÃO NORDESTE



A delegação da região Nordeste foi composta por representantes dos Movimentos de Atingidos, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da CPT e da União das Nações Indígenas (UNI), que atuam na área das hidrelétricas de Sobradinho (BA), Itaparica (BA/PE), Xingó (AL/SE), Pedra do Cavalo (BA), Pão-de-Açúcar (AL/SE) e da barragem de Castanhão (CE)

REGIÃO NORDESTE — HIDRELÉTRICAS E BARRAGENS COM MOVIMENTO DE ATINGIDOS

UHE	RIO	ESTADO	Área d/Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE
Sobradinho	São Francisco	BA	4.196,7	1.050	construída
Itaparica	São Francisco	BA/PE	834	2.500	construída
Xingó	São Francisco	AL/SE	60	5.000	em construção
Pedra do Cavalo	Paraguaçu	BA	186	600	em construção
Pão-de-Açúcar	São Francisco	AL/SE	—	330	Planejamento
Castanhão *	Jaguaribe	CE	229	75*	Planejamento

DADOS: ELETROBRÁS

(*) Finalidade básica de regularização do rio Jaguaribe e irrigação.

A questão das barragens na região Nordeste chama a atenção da opinião pública a partir da barragem de Sobradinho e do movimento de Itaparica, A participação dos STRs do Pólo Sindical do Submédio São Francisco é destacada, assim como da CPT.

A partir da experiência de Itaparica iniciam-se outros movimentos de barragens. Na região Nordeste, as lutas pós construção das barragens parecem ser tão acirradas quan-

to as lutas contra as hidrelétricas. A construção de sistemas de irrigação para pequenos produtores, indenização justa e reassentamento, são algumas das bandeiras levantadas pelo movimento.

Cabe destacar que a barragem de Castanhão, onde se articula um movimento de resistência de atingidos, não tem como finalidade principal a geração de energia, não fazendo parte do Plano 2010 da Eletrobrás. Isto é, no caso da região Nordeste, a questão das barragens transcende a questão energética.

UHE SOBRADINHO

O início da construção da barragem de Sobradinho ocorreu em 1972, em plena ditadura militar. A construção da barragem não foi discutida com a população atingida e a CHESF, como auxílio do governo autoritário, invadia as roças e expulsava a população. Em 1977, a CHESF fechou as comportas de Sobradinho. A barragem expulsou 72.000 pessoas e inundou 4.214 km² de terras férteis.

O governo não tinha um plano de realocação e reassentamento no início da obra. Em 1973, a CHESF fez convênio com o INCRA para se pensarem projetos de reassentamento. Em 1974, nasceu o primeiro projeto de reassentamento em Serra do Ramalho, 700 km distante de Sobradinho.

Em 1975, a CHESF apresentou, como solução para os atingidos, o pagamento de passagem para São Paulo ou o reassentamento em Serra do Ramalho. A CHESF afirmava que na borda do lago, os trabalhadores rurais não poderiam ser reassentados.

A barragem foi construída para regularizar a vazão do rio São Francisco, irrigação (iniciativa privada com subsídios) e, ainda, geração de energia elétrica.

O movimento sindical entrou na questão e a luta cresceu a partir de 1976.

Desde 1977, a CPT assessora juridicamente casos pendentes. Até hoje, várias entidades participam e apoiam o movimento (CONTAG, etc.). Da luta nascem oposições sindicais que esbarram na estrutura do sistema. O coronelismo e o paternalismo atrasaram o movimento organizado.

UHE ITAPARICA

Em 1976, um ano antes do fechamento das comportas de Sobradinho, a CHESF instalava o canteiro de obras da barragem de Itaparica.

Em 1988, com o fechamento das comportas de Itaparica, as sedes municipais de Petrolândia e Itacuruba (PE), e Rodelas e Barra do Tarrachil (BA) começaram a ser inundadas, além de parte dos municípios de Floresta, Glória e Belém de São Francisco.

A barragem expulsou 40.055 pessoas e atingiu um total de 118 mil, inundando uma área de 834 km².

“Desde o ano de setenta e seis

Que a gente iniciou

Nossa organização

De todo trabalhador

Para não perder as terras

Que a gente sempre plantou

Isso a gente iniciou

Quando se ouviu falar

Que essa empresa CHESF

Aqui ia começar

A construção de uma barragem

Pra poder nos afogar (...)

(Fulgêncio Silva — Diretor do STR Floresta-PE)

Em 1979, foram realizadas as primeiras reuniões por municípios e foi exigido: terra por terra na margem do lago; água nas casas e nos lotes; área de sequeiro/criatórios e indenização justa das benfeitorias.

No mês de agosto, aconteceu a primeira grande concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia.

Ainda naquele ano, foram dados os primeiros passos para a formação do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, com os STRs de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém de São Francisco (Pernambuco) e Glória, Rodelas, Chorrochó (Bahia) e outros 6 sindicatos.

A segunda concentração ocorreu em janeiro de 1980, em Petrolândia, reunindo mais de 5 mil trabalhadores. Em maio, ocorreu a terceira concentração de trabalhadores em Riacho Salgado e em outubro a quarta, em Itacuruba, reunindo mais de 4 mil trabalhadores. Nesta concentração, foi aprovado um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, exigindo que as terras para reassentamento fossem liberadas. Como resposta, o governo e a CHESF criaram, em 04 de dezembro, um grupo de trabalho para estudar as exigências, mas ficaram apenas nisso...

1981 foi o ano das terras, os trabalhadores organizados nos sindicatos, reafirmaram o plano de reassentamento e melhoraram as propostas, escolhendo as terras para os reassentamentos. A CHESF nada fez.

Os trabalhadores rurais do Caruru (município de Glória — Bahia), em 1982, com o apoio do Pólo Sindical, acamparam na estrada e impediram o trabalho da CHESF. Mas a polícia, a serviço da CHESF, expulsou os trabalhadores violentamente. Mesmo assim, em negociação, os trabalhadores conseguiram um reassentamento provisório para os atingidos.

A quinta concentração foi em janeiro de 1983. Mais de 5 mil trabalhadores se reuniram em Petrolândia para protestarem contra a falta de providências da CHESF e as violências praticadas no Caruru.

1984 foi mais um ano de reuniões e denúncias. Em janeiro foi realizada a sexta concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia, protestando contra o atraso no reassentamento. Ainda naquele ano, através dos sindicatos, alguns técnicos, junto com os trabalhadores, fizeram o documento Diretrizes Básicas para o Reassentamento, onde foi exigido:

- área irrigada de 6 ha.;
- área sequeiro/criatório;
- 25 ha para cada trabalhador;
- irrigação por aspersão;
- administração do projeto pelos trabalhadores;
- casa para todos;
- estradas;
- melhor escolha das terras; e
- desapropriação das terras.

O caminho estava apontado, a CHESF só conversava.

O aperto na CHESF começou em 1985. Os trabalhadores rurais falavam com ministros em Brasília e com os governadores em Salvador, em Recife, mas nada de concreto aconteceu. Então, foi feita a sétima concentração, com 6 mil trabalhadores, em 15 de outubro. O canteiro de obras da barragem foi ocupado e a concentração encerrada com a palavra de ordem:

“Se a CHESF não fizer o reassentamento imediatamente, voltaremos para essa obra na lei ou na marra”.

Com esta ameaça, em 1986 a CHESF começou a fazer alguma coisa, mas não aceitava as propostas de reassentamento dos trabalhadores. A CHESF fazia as coisas sem consultar os trabalhadores e, além disso, prometia o fechamento da barragem em um ano.

Esta atitude da CHESF levou os trabalhadores ao cumprimento da promessa: PARAR A OBRA. Dia 1º de dezembro, ocuparam o canteiro de obras e, ali acampados, impediram o funcionamento da obra por seis dias, até que ficasse assegurado o reassentamento, com o Acordo de 1986, que garantiu:

terra boa para irrigação; casas para morar; terra para o criatório; assistência técnica;

quantia de 2,5 salários mínimos até o início da produção; indenização justa; participação efetiva dos trabalhadores nas decisões de reassentamento.

A CHESF não teve como fugir da exigência dos trabalhadores rurais: terra por terra.

A aplicação do Acordo começou em 1987: a compra das terras, a construção das casas e o início de algumas obras de implantação do sistema de irrigação. Apesar disso, muita coisa ainda teve que ser decidida na mesa de negociação com os sindicatos. A CHESF volta e meia continuava querendo não cumprir integralmente o Acordo.

Em 10 de dezembro, em Itucuruba, os trabalhadores rurais fecharam as estradas e paralisaram a construção da nova cidade para pressionar a CHESF.

Em janeiro de 1988, foi a vez de Rodelas e Tarrachil, onde também houve fechamento de estradas e paralisação da construção da nova cidade. Em Belém, os trabalhadores ocuparam os escritórios e paralisaram a construção da nova cidade.

Tudo isso ocorreu, e continuou ocorrendo, porque a preocupação principal da CHESF era a desocupação da área do reservatório, deixando os problemas causados pela barragem sem solução.

Os trabalhadores rurais venceram uma etapa, mas muitos problemas continuam a surgir e a CHESF não cumpre o que foi acordado. Assim, a luta continua, pelo cumprimento do Acordo, que foi uma conquista dos trabalhadores rurais atingidos pela UHE Itaparica.

POVOS INDÍGENAS

Tuxá (Nova Rodela e Ibotirama, BA)

Os Tuxá foram atingidos à montante (rio acima) da barragem. Até 1988, os Tuxá viviam na Área Indígena Rodelas, ocupando uma parte da cidade, que se constituía em local de moradia; e a Ilha da Viúva, no Rio São Francisco, território destinado ao cultivo irrigado.

Em maio de 1988, todo o município de Rodelas foi coberto pelo reservatório de Itaparica. Em 1985, a FUNAI e a CHESF firmaram acordo sobre a inundação da Área Indígena.

A partir daí, os Tuxá foram divididos em 2 grupos. Em 1987, uma parte da comunidade Tuxá foi transferida para duas fazendas — Morrinhos e Oiteiros — no município de Ibotirama. A área indígena Ibotirama possui 2.800 ha e não está demarcada.

Em 1988, durante a fase de enchimento do reservatório, a outra parte da comunidade Tuxá foi transferida para o novo município de Rodelas. A Área Indígena Nova Rodelas possui 480 ha e também não está demarcada.

A divisão dos Tuxá em dois grupos foi determinada pela construção da barragem, uma vez que os índios não participaram das negociações entre CHESF e FUNAI. As terras ocupadas pelos Tuxá não são favoráveis à agricultura, devido ao tipo de solo e escassez de chuvas. Os projetos de irrigação previstos ainda não foram implantados. Existem famílias que não possuem casas, em razão de não ter havido um cadastramento atualizado pela CHESF no período imediatamente anterior à transferência (o último cadastramento da população indígena deu-se em 1985).

Pankararu (Petrolândia e Tacaratu/PE)

Os Pankararu foram atingidos à jusante (rio abaixo) da barragem. A demarcação da A.I. Pankararu foi uma das exigências do Banco Mundial para liberação de recursos para os projetos de reassentamento dos trabalhadores rurais da região.

Em 1987, a A.I. Pankararu foi demarcada por decreto presidencial. A área, que era de 14.000 ha, na demarcação foi reduzida para 8.000 ha.

Em 1985, em razão do desalojamento da população camponesa pela construção da barragem, várias famílias ocuparam a A.I. Pankararu. Hoje, existem cerca de 2.000 posseiros e 5.000 índios. Este fato tem ocasionado graves conflitos entre índios e posseiros. A demarcação, que seria para evitar conflitos, não surtiu efeito. A FUNAI até o

momento não procedeu o levantamento fundiário e a demarcação física da área. Os posseiros resistem em deixar a área.

Pankararé (Nova Glória/BA)

Os Pankararé foram atingidos à jusante (rio abaixo) da barragem. A demarcação da A.I. Pankararé também foi exigência do Banco Mundial para liberação de recursos. Em 1987, a FUNAI convocou reunião para homologar a demarcação da área. Os Pankararé e representantes dos posseiros na área compareceram à reunião. A demarcação de 29.500 ha da A.I. Pankararé não foi aprovada, porque índios e posseiros não concordaram com os limites definidos. Os Pankararé querem que o lugar onde habitam seja anexado à área indígena.

Desde 1985, quando foram iniciados os trabalhos de demarcação da A.I. Pankararé, os conflitos entre índios e posseiros se agravaram consideravelmente. Os índios querem a área para seu uso exclusivo, incluindo as casas e roças que lhes pertencem. Os posseiros, por outro lado, resistem em deixar o lugar. Desde julho de 1987, foi iniciado um novo levantamento da área onde os Pankararé habitam. Entretanto, o levantamento não foi concluído. Este levantamento será a base para negociações entre índios e posseiros sobre os limites da área indígena Pankararé.

A região vizinha à A.I. Pankararé está ocupada por projetos de reassentamento, destinados aos atingidos pela barragem de Itaparica.

Este fato afeta as condições de vida dos índios principalmente porque parte das suas terras estão sendo negociadas para a construção de projetos de irrigação que servirão às agrovilas e pela utilização indiscriminada dos poucos recursos naturais da A.I. pelos não índios.

CASTANHÃO

O governo estadual anunciou, em 1985, a construção da barragem de Castanhão visando solucionar a questão das enchentes do rio Jaguaribe, a transposição do rio São Francisco e o desenvolvimento de um projeto de irrigação.

A barragem atingirá 12.000 pessoas, sendo 15% de pequenos agricultores e sem-terra. O projeto de irrigação já foi concluído e pequenos agricultores, que não possuem escritura das terras, serão expulsos.

A população é contra a construção da barragem, mas alguns não acreditam na sua construção.

A cidade de Jaguaribara (Ceará), ficará submersa se a barragem de Castanhão for construída. Além da cidade, os pequenos proprietários que perfazem grande parte da população do município também perderão seus lotes.

Desde 1985, o povo de Jaguaribara luta contra a barragem enviando cartas das várias comunidades atingidas ao Departamento de Obras e Saneamento (DNOS), responsável pela construção da barragem, e demais autoridades competentes (governador do estado do Ceará, Ministro da Irrigação e Presidente da República).

Representantes das comunidades reuniram-se nos municípios e foram representar os atingidos junto às autoridades em Fortaleza, Brasília e Rio de Janeiro. Os representantes visitaram regiões atingidas por barragens no Nordeste: Sobradinho (PE/BA), Itaparica (PE/BA) e Açú (RN).

Em Fortaleza, os atingidos foram ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) para exigir o cadastramento e a legalização das propriedades atingidas sem documentação.

Depois disto, foi criada uma comissão, eleita pelas várias categorias de trabalhadores existentes no município: Comissão Representativa do Povo na Luta Contra a Barragem. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jaguaribara participa da Comissão.

A Comissão Representativa não foi mais ouvida pelas autoridades e não se sabe o que está ocorrendo, pois somente se tem notícias através da imprensa. Os políticos insistem em não reconhecer a Comissão Representativa dos Atingido.

REGIÃO SUDESTE



A delegação da região Sudeste contou com a participação de representantes dos movimentos de atingidos por barragens, de sindicatos de trabalhadores rurais, da CPT e do Centro de Assessoria do Movimento Popular (CAMPO), que mantêm atividades na região das hidrelétricas de Simplicio (RJ-MG), Sapucaia/Anta (RJ/MG), Itaocara (RJ/MG) e Santa Rita (MG).

Região Sudeste — Hidrelétricas com movimento de atingidos

UHE	RIO	ESTADO	Área d/Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE (Início construção universitário)
Simplicio	Paraíba do Sul	RJ/MG	6,7	195	Planejamento (1989/1992)*
Sapucaia/Anta	Paraíba do Sul	RJ/MG	22	330	Planejamento (1989/1992)*
Itaocara	Paraíba do Sul	RJ/MG	86	270	Planejamento (1989/1993)*
Santa Rita	Jequitinhonha	MG	23	100	Planejamento

* O cronograma foi alterado

DADOS: ELETROBRÁS

Na região Sudeste, o movimento encontra-se organizado na área atingida por quatro barragens, contando no Estado do Rio de Janeiro com assessoria da CPT, do IPPUR e CDER e no estado de Minas Gerais com assessoria do CAMPO.

A luta do Vale do Jequitinhonha tem grande articulação com STRs da região, com forte atuação na área. A do Vale do Paraíba apresenta maior articulação com entidades externas e sofre com a inexistência de uma tradição de lutas populares na região.

UHEs DO RIO PARAÍBA DO SUL

Segundo o Plano 2010, estão projetados para o Vale do Rio Paraíba do Sul, dezesseis

(16) barragens, sendo que três projetos estão em andamento, são eles: Sapucaia/Anta, Simplicio e Itaocara. As três hidrelétricas atingirão áreas de doze (12) municípios, seis no Estado do Rio de Janeiro: Três Rios, Sapucaia, Carmo, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua; e seis no estado de Minas Gerais: Chiador, Mar de Espanha, Além Paraíba, Volta Grande, Estrela D'Alva e Pirapetinga.

A população atingida será de cerca de 5.000 famílias. Predominam na região os pequenos proprietários, os meeiros e arrendatários, sendo a principal atividade econômica a produção de leite e produtos agrícolas tais como, arroz, feijão, milho e hortifrutigranjeiros.

Em maio de 1987, surgem matérias no jornal O Globo sobre a construção de barragem no rio Paraíba do Sul. Após isto, a presença de grande número de funcionários de FURNAS na área, fazendo medições e estudos, chamou a atenção da população. Com a atuação de FURNAS causando prejuízos e invadindo propriedades, os atingidos pressionaram e conseguiram marcar reuniões com representantes da empresa, quando algumas informações foram dadas à população.

No fim do ano de 1987, a CPT/RJ começou a atuar de forma sistemática na região. Hoje, existem várias entidades que atuam na região e apoiam o movimento de atingidos. A Comissão tem como meta organizar e unificar o trabalho. Além disto, o movimento encontra-se estruturado através de Comissões de entidades civis.

O trabalho é desenvolvido através de reuniões domiciliares com os atingidos e com as Comissões Atingidos, com o objetivo de informar, esclarecer, conscientizar e mobilizar para que seus direitos sejam respeitados e suas reivindicações atendidas. Material audio-visual, mapas e cartilhas são usados: experiências de lutas de outras regiões do Brasil são colocadas; encontros regionais entre os atingidos já foram feitos, mas os resultados foram bastante precários.

As principais reivindicações do movimento já foram tiradas, mas ainda não foi realizada uma discussão mais organizada e aprofundada junto à população:

troca de terra por terra, casa por casa, posto por posto, escola por escola, etc... na mesma região às margens do lago ou rio; indenização justa pelas benfeitorias; reconstrução das capelas, cemitérios, etc...

A atuação de FURNAS na região tem sido bastante prejudicial à população: invade propriedades, adquire áreas a preço abaixo do mercado, incentiva os fazendeiros a "limpar" a terra da presença dos meeiros e arrendatários. No início, não se dispôs a indenizar os meeiros das propriedades adquiridas, E só o fizeram, mesmo assim de forma insatisfatória e incompleta, após a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

FURNAS usa disseminar boatos amedrontando e desorganizando a população; acena com propostas de uso da terra pelos proprietários após a compra, até o enchimento do lago. Há ainda uma grande descrença por boa parte da população na construção das barragens, mas já há posições de algumas comissões em realizar atos mais concretos e de impacto, como a arrancação de marcos fixados por FURNAS.

Em 20 de agosto de 89, foi realizada uma "Caminhada pela Terra" para protestar e denunciar a construção das barragens e a atuação de FURNAS, com a presença de 6000 pessoas.

UHE SANTA RITA

Segundo o Plano 2010, elaborado pela ELETROBRÁS em 1987, existe o projeto de construção de doze barragens no rio Jequitinhonha, além da barragem de Santa Rita. Na região, também existe um projeto de construção de três barragens para irrigação de áreas de cultivo de grãos.

Cerca de 500 famílias serão atingidas pela barragem de Santa Rita, na sua maioria pequenos produtores, principalmente proprietários, que vivem de lavoura de subsistência e criação de poucos animais. A lavoura não tem sido suficiente para manter muitas famílias, obrigando à migração sazonal para o corte de cana em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O governador de Minas Gerais anunciou a construção da Usina Hidrelétrica em reunião com prefeitos e políticos da região (maio de 1987).

No segundo semestre de 1987, os STRs e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais realizaram as primeiras reuniões com as comunidades atingidas. Por outro lado, engenheiros da Cia. Estadual de Eletricidade reuniram STRs, CPT e vereadores para prestar esclarecimentos técnicos. Os políticos da região se mobilizaram em defesa da construção da hidrelétrica.

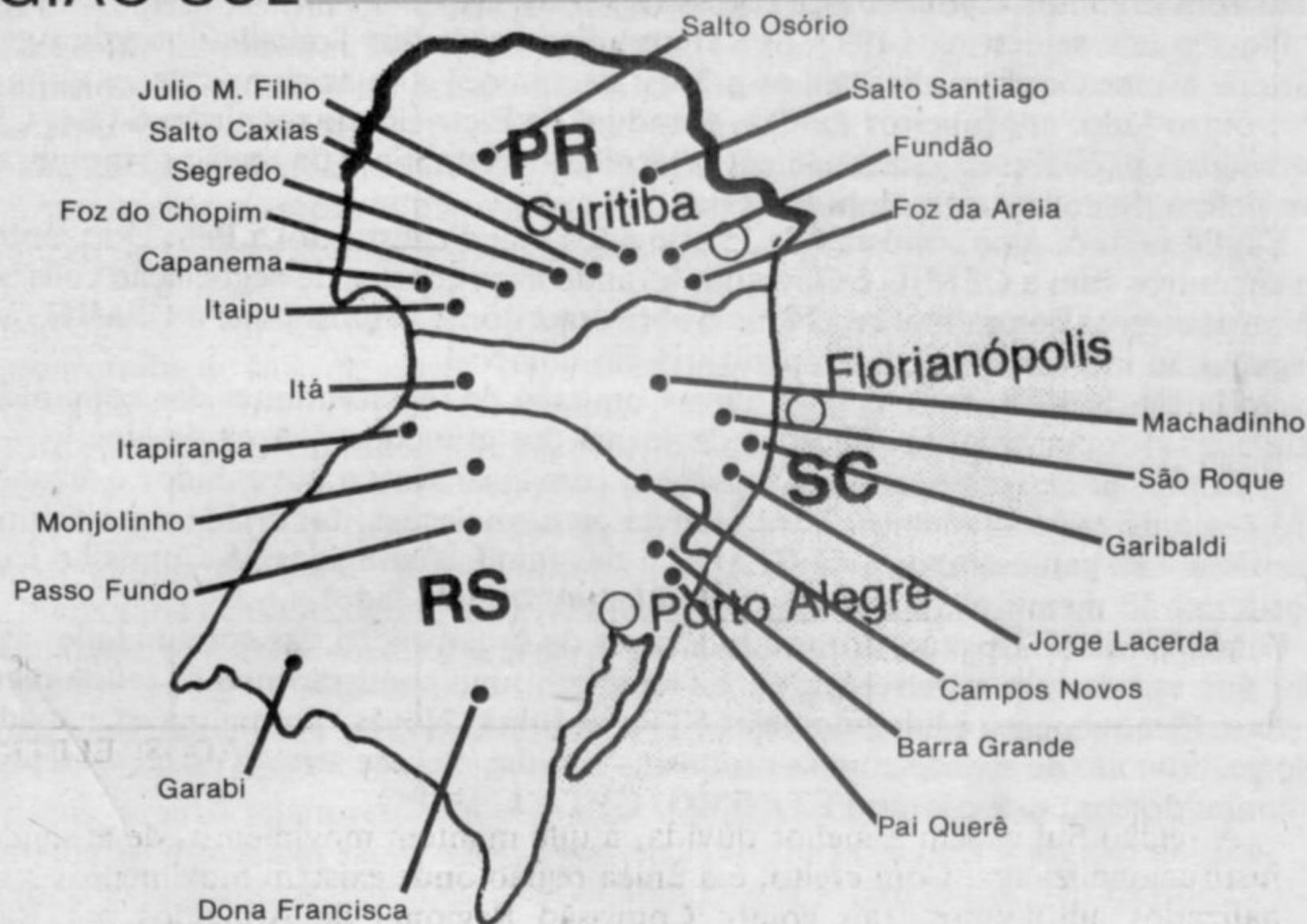
Em dezembro, uma comissão de 35 atingidos e sindicalistas foi a Belo Horizonte para encontros com a CEMIG e Governo, levando as propostas de negociação coletiva de terra por terra. Foram mal recebidos e obtiveram como resposta que a CEMIG faria a negociação individualmente e indenizaria em dinheiro.

No início de 1988, foi escolhida uma Comissão de representantes das comunidades atingidas e organizada a publicação do jornal dos atingidos: "Arca de Noé".

A Comissão de representantes conseguiu conversar com o governador e arrancar a promessa de reassentamento. Para efetivar as negociações, foi criada uma Comissão paritária com representantes da CEMIG e das famílias atingidas. A Comissão é composta por 12 membros (6 efetivos e 6 suplentes de cada lado).

O MOVIMENTO está estruturado através da organização das comunidades atingidas que escolheram representantes, e formaram uma comissão que se reúne regularmente. O movimento é liderado pelos STRs de Minas Novas, Turmalina e Chapada do Norte, atuando de acordo com as propostas trazidas da base através dos representantes e contando com o apoio da FETAEMG, CPT e CAMPO.

REGIÃO SUL



A delegação da região Sul foi composta por representantes dos movimentos de Atingidos, a saber, da Comissão Regional de atingidos por Barragens (CRAB) da bacia do rio Uruguai (RS/SC), da Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), do movimento de atingidos da UHE Dona Francisca (RS) e ainda, por representantes dos indígenas atingidos pela barragem de Itaipu (PR) e dos Kaingang, atingidos por barragens planejadas para a bacia do rio Uruguai.

Algumas hidrelétricas planejadas para a Bacia do rio Uruguai

UHE	RIO	ESTADO	Área d/ Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE (início obras reservatório)
Itá	Uruguai	RS/SC	103	1620	Em construção
Machadinho	Pelotas	RS/SC	252	1200	Planejamento (1988/1993)
Campos Novos	Canoas	SC	24	726	Planejamento (1989/1993)
Itapiranga	Uruguai	SC/RS	252	1200	Planejamento (1995/2000)
Foz do Chapecó	Uruguai	SC/RS	127	1228	Planejamento (1994/1999)
Garabi	Uruguai	RS/Argentina	334 (Brasil)	900 (Brasil)	Planejamento (1989/1995)

DADOS: ELETROBRÁS

Hidrelétrica Dona Francisca

Dona Francisca	Jacuí	RS	19	125	Planejamento (1987/1992)*
----------------	-------	----	----	-----	---------------------------

DADOS: ELETROBRÁS

Algumas hidrelétricas no rio Iguaçu

UHE	RIO	ESTADO	Área d/Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE (início construção/ reservatório)
Foz do Areia	Iguaçu	PR	141,9	1.674	em operação
Salto Santiago	Iguaçu	PR	230,0	1.332	em operação
Salto Osório	Iguaçu	PR	62,9	1.050	em operação
Salto Segredo	Iguaçu	PR	84,0	1.260	em construção
Salto Caxias	Iguaçu	PR	124	100	Planejamento (1989/1994)
Salto Capanema	Iguaçu	PR	84	1.200	Planejamento (1993/1998)

DADOS: ELETROBRÁS

Itaipú Binacional

Itaipú	Paraná	PR/Para- guai	1.350,0	8.400	Em operação
--------	--------	------------------	---------	-------	-------------

DADOS: ELETROBRÁS

A região Sul é, sem a menor dúvida, a que mantém movimentos de atingidos mais institucionalizados. Com efeito, é a única região onde existem movimentos institucionalizados autônomos, tais como: Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) do rio Uruguai e a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do rio Iguaçu (CRABI).

A CRAB atua em toda a bacia do rio Uruguai, onde estão planejadas 38 hidrelétricas, sendo 19 até o ano 2010. Na Tabela são indicadas algumas com as quais a CRAB está atuando. A CRAB encontra-se organizada em cinco comissões regionais que, por sua vez, são divididas em comissões municipais e locais.

Cabe destacar que os movimentos da região Sul tiveram inspiração na luta dos atingidos pela Barragem de Itaipu, cuja experiência foi relatada nos encontros locais e regionais. Itaipu também inspirou a CRABI, Comissão Regional de Atingidos por Barragens do rio Iguaçu (Paraná).

UHE ITAIPÚ

Somente no Estado do Paraná a barragem de Itaipu inundou cerca de 1.113.000 km², deslocando 42.444 pessoas, sendo 38.445 no campo. A população rural atingida era basicamente composta por pequenos produtores (média de 15 ha), posseiros arrendatários e trabalhadores rurais permanentes e temporários.

A partir de 1975, a empresa Itaipu Binacional iniciou um trabalho de comunicação social junto à população atingida, destacando a necessidade da obra e o apoio da empresa e do governo aos desapropriados. Foi prometido que as indenizações terminariam até 1978, isto é, antes do enchimento do reservatório, possibilitando a instalação dos agricultores em outras áreas junto com o cultivo nas terras desapropriadas.

Em 1978, apenas algumas indenizações haviam sido efetivadas e ainda, a preços baixos. Além disto, os posseiros estavam sendo muito prejudicados. A partir daí se iniciou um movimento para se contrapor à Itaipu Binacional.

As igrejas Evangélica, Luterana do Brasil e Católica — através da CPT —, começaram o trabalho junto às comunidades atingidas, o que resultou no "Projeto Arca de Noé", que reuniu cerca de 1500 agricultores em outubro de 1978, quando foi elaborada uma pauta de reivindicações dos atingidos. O documento, na forma de abaixo-assinado, foi encaminhado ao presidente da República.

Os principais pontos do documento foram: melhores preços e indenizações iguais para todos os tipos de terra, reassentamento no Estado do Paraná, em terras similares às que seriam inundadas; no mínimo 50% do valor da terra para os posseiros; e, indenização conjunta aos moradores do mesmo local.

Em abril de 1979, realizou-se uma segunda assembléia, com a formação de uma comissão de Coordenação e Representação dos Agricultores formada por um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP), da Comissão Pontifícia Justiça e Paz (CPJP), da CPT, dos STRs e de dois representantes de cada município atingido.

A partir da avaliação dos resultados das Assembléias, nasceu a idéia de se realizar uma concentração de agricultores em Santa Helena. Esta concentração durou 17 dias (de 14 a 31 de julho de 1980), reunindo cerca de 1.000 pessoas e deu origem ao nome com o qual passou a ser conhecido o movimento — “Justiça e Terra”. A concentração terminou quando ITAIPU concordou em fazer um acordo, aceitando parte das reivindicações dos atingidos.

Após 6 meses de acompanhamento do trabalho da empresa ITAIPU, decidiu-se realizar outra concentração de agricultores, diante da constatação de que o acordo de julho de 1980 não estava sendo cumprido. Optou-se então por acampar diante do Centro Executivo da Itaipu Binacional, levando um documento com as reivindicações dos atingidos que continuavam basicamente as mesmas. Totalizavam, neste acampamento, cerca de 2000 agricultores e permaneceram concentrados por 57 dias.

Os resultados obtidos foram decisivos para o movimento. Itaipu aceitou pagar 50% da indenização aos não proprietários e pagamento das benfeitorias e aumentou o preço pago por hectare. Além disto, os agricultores conseguiram dois assentamentos no Paraná, no município de Arapoti (para 400 famílias) e no de Toledo (para 20 famílias).

Apesar destas vitórias, o Movimento Justiça e Terra continuou ativo até o início da década de 1980.

Como avaliação do movimento, os atingidos concluíram que os resultados concretos foram satisfatórios, embora a reivindicação de **Terra por terra** não tenha sido alcançada a contento.

POVOS INDÍGENAS

Narrativa do Guarani Lucas Vilhalba a Pedro Dércio Zilles, missionário do CIMI, em 1982.

“Esta terra que nós estamos pisando agora sempre foi do Guarani. Foi do Guarani desde que existe o mundo, desde o princípio. Foi Nhanderu, nosso Pai, que deu esta terra para nós. Ywy é nossa mãe. Como a ITAIPU agora quer comprar a nossa terra?

Como o português quer comprar a terra que Nhanderu nos deu? Não se pode vender a terra! O dinheiro não dura nada, acaba numa semana. Mas a terra eu posso plantar. Eu planto mandioca, milho... para o Guarani comer. A terra não acaba nunca. Eu não vou vender a terra. Se a ITAIPU vier com dinheiro, para tirar o Guarani, eu não vou para lugar nenhum. Vou ficar aqui. A ITAIPU e o Governo acham que o Guarani está sozinho. O Guarani não está sozinho. O Guarani sabe fazer o Nhemboé (reza), para Nosso Senhor Jesus Cristo. Eu sei fazer de 4 tipos de reza.

O Governo acha que o Guarani está sozinho. Mas, ele vai tomar aqui ó, bem na bunda (acompanha o gesto bem característico). Porque o Guarani sabe fazer o Nhemboé e pode estragar tudo, porque o Nhanderu está com o Guarani. A ITAIPU vai tirar a nossa terra, sendo que ela não está querendo dar outra terra para o Guarani. Como vai o Guarani então criar os filhos? Como vai o Guarani plantar mandioca e milho?

Sem a terra, o Guarani vai morrer. Mas, no dia em que o Guarani morrer, o Karai (branco) também vai morrer. Eles tudo vão morrer quando o Guarani acabar. A terra então vai queimar sem haver fogo.

Por isso, o Guarani vai ficar firme e não vai sair da terra. Porque o que a ITAIPU quer dar é muito pouco. O dinheiro acaba logo”.

O índio guarani Lucas Vilhalba destacou-se na luta pela terra dos Guarani do Ocoí-Jacutinga, no Paraná. Este seu desabafo ocorreu nos dias em que a luta estava mais acirrada, com a manipulação da ITAIPU e FUNAI, que fizeram com que os índios assinassem um documento pensando que fosse para receber uma indenização pelas benfeitorias das terras a serem ocupadas pela Binacional, e por fim descobriu-se que eles haviam assinado um acordo para entregarem suas terras de 1.500 ha, recebendo em troca apenas 200 hectares.

Apesar dos dias de luta que se seguiram, ainda nesse mês de maio de 1982, as famílias Guarani foram retiradas de aldeia do Ocoí-Jacutinga, levados para uma área de 253 hectares, sem água potável e sem casas prontas.

As casas dos Guarani do Jacutina foram queimadas, para evitar que estes retornassem. Muitos Guarani não aceitaram ir para a nova área e refugiaram-se na Argentina, no Paraguai e em outras áreas próximas, ou ficaram vagando pelas estradas e cidades.

UHEs DO RIO IGUAÇU

No começo da década de 1980, tendo como base o município paranaense de Capanema, ocorreu um grande movimento contra a construção da UHE Capanema. O movimento, articulado pelos STRs do Sudoeste do Paraná, conseguiu nos anos de 1983 e 1984 uma vitória sobre a Copel, a companhia estadual de energia responsável pela implantação da hidrelétrica. A mobilização dos atingidos contou com o apoio da COAGRO, uma cooperativa de pequenos produtores da região compreendida pelos municípios de Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Realeza e Santa Isabel do Oeste. O movimento levou ao adiamento da construção da barragem por dez anos, significando a primeira derrota do setor Elétrico diante de movimentos de atingidos.

A partir do movimento de atingidos de Capanema foi articulada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), apoiada pelos STRs do sudoeste do Paraná, CUT, CPT e ainda, pela Associação de Estudos e Orientação Assistencial Rural (ASSESOAR).

Os atingidos pelas barragens do rio Iguaçu são, em sua maioria, pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais não proprietários: assalariados, bóias-frias, arrendatários e parceiros.

A CRABI articula os trabalhadores atingidos através de encontros mensais e a principal linha de ação é “não à construção das barragens”.

UHEs DA BACIA DO RIO URUGUAI

O projeto da Eletrobrás para a bacia do rio Uruguai inundará as terras mais férteis da região Sul. O número de pessoas atingidas é estimado em 200.000, sendo basicamente de pequenos proprietários produtores de milho, soja, feijão e suínos, além de arrendatários, sem terra, pequenos comerciantes, algumas sedes distritais e municipais.

A organização dos atingidos pelas barragens na Bacia do Rio Uruguai tem seu início no final da década de 70 quando se descobre a intenção do Governo em construir barragens nesta região, as quais atingiriam cerca de 40.000 famílias.

Foram muitas as reuniões de esclarecimento à população feitas inicialmente pela CPT, professores e agrônomos.

Durante todo esse tempo foram realizados abaixo-assinados, reuniões, encontros, romarias e manifestações.

Porém, o que de fato garantiu algum avanço na luta com algumas conquistas concretas, foram as ações mais duras como: arrancação de marcos, prisão e expulsão de funcionários da ELETROSUL e o impedimento da realização das obras da empresa.

Desta forma, na barragem de Itá, os atingidos conseguiram um acordo com a empresa que contempla as principais reivindicações do movimento, bem como um plano de reassentamento garantindo terra, casa, benfeitorias de apoio, água, luz e benfeitorias comunitárias. Tudo isto (indenização, troca de terra por terra ou reassentamento) antes do início da obra principal (muro da barragem).

Nas demais UHEs os atingidos estão lutando contra a construção das obras não permitindo que a ELETROSUL trabalhe na área.

Na 4ª Assembléia Geral, a CRAB definiu-se como um movimento popular autônomo que visa reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens e obras complementares já construídas ou projetadas na Bacia do Rio Uruguai, para defesa de seus direitos sem fronteiras de país, cor, sexo, religião ou opção política partidária.

O Movimento representa os interesses dos atingidos frente às empresas, autoridades e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidas na questão.

O Movimento entende a luta dos atingidos como parte da luta geral dos oprimidos.

O Movimento se integra à luta sindical, indígena, ecológica, movimento dos sem-terra e das mulheres e se esforça no sentido de ter relacionamento com entidades e grupos de apoio comprometidos com a mesma causa.

O Movimento incentiva a participação político-partidária.

O Movimento vê a luta como um processo onde os atingidos tomam consciência da sua situação, participam integralmente de sua organização e decidem com responsabilidade sobre o seu destino coletivo.

O Movimento é contrário ao Plano 2010 da Eletrobrás que prevê a construção de 165 Barragens no Brasil e incentiva a busca de alternativas à geração de energia através de grandes hidrelétricas.

As linhas de trabalho, que visam promover todas as formas legítimas de luta que mobilizem os atingidos a nível local, municipal e regional são as seguintes:

— implantar a organização de base e a estrutura municipal, regional (comissões, secretarias, coordenações...) definindo bem o papel e o funcionamento de cada parte, buscando a adesão de todos os atingidos;

— tratar a questão financeira a partir da base municipal, para garantir a auto-sustentação do movimento como uma tarefa de todos;

— ter um programa de formação dos militantes (ativistas, lideranças e dirigentes) na questão energética, ecológica e social, nas formas de luta e organização popular e na capacitação prática de como fazer o trabalho;

— articular as lutas locais como a luta geral dos Atingidos, relacionando-as com os demais setores populares em defesa dos oprimidos e com as entidades de apoio;

— divulgar material que desperte os Atingidos, integrando-os no processo histórico e nas experiências vividas e ainda, criando uma opinião pública favorável aos atingidos;

— criar formas de tornar a luta e organização dos Atingidos uma preocupação dos diversos setores da sociedade (festivais, seminários, etc...);

— obter todos os dados técnicos, econômicos e cartográficos necessários à identificação dos empreendimentos hidrelétricos e obras complementares, com posterior divulgação e esclarecimento à sociedade;

— elaborar e atualizar cadastro de famílias e de propriedades atingidas por cada empreendimento.

UHE DONA FRANCISCA

O projeto inicial de construção da barragem D. Francisca é de 1965. No entanto, somente a partir de 1988 o projeto está sendo implantado.

Um dos absurdos desta obra é a chamada "cidade fantasma", onde estão construídas mais de 600 casas e alojamentos que deveriam servir para os funcionários da obra. Só que a obra não foi iniciada ainda e as casas já existem no local há mais de 15 anos.

A Hidrelétrica atingirá diretamente cerca de 550 famílias. A região é predominantemente de minifúndios e possui microclima ideal para produção o ano todo.

A Comissão de Eletricidade está fazendo um acordo com os trabalhadores atingidos. O movimento tem apoio da CPT, Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA) e CRAB. Os atingidos estão formando uma comissão.

REGIÃO CENTRO OESTE



A região Centro-Oeste não conta com articulação estadual ou regional dos movimentos atingidos por barragens. Um movimento de defesa da população atingida pela UHE Foz do Bezerra iniciou um trabalho junto aos trabalhadores atingidos. Uma equipe da Universidade Federal de Goiás tem destacado papel na luta, assim como a CPT, junto à população atingida.

Algumas hidrelétricas planejadas para a Bacia do rio Tocantins

UHE	RIO	ESTADO	Área d/Espelho D'água (Km ²)	Potência instalada (MW)	FASE (início obras reservatório)
Cana Brava	Tocantins	Goiás	126	480	Planejamento (1989/1993)
Foz do Bezerra	Paraná	Goiás	680	360	Planejamento (1991/1994)
Peixe	Tocantins	Goiás	940	1.112	Planejamento (1992/1996)

DADOS: ELETROBRÁS

UHE FOZ DO BEZERRA

A UHE Foz do Bezerra é uma das três barragens previstas por FURNAS para o rio Paranã (aflutente do rio Tocantins). O projeto da UHE Foz do Bezerra encontra-se na fase final dos Estudos de Viabilidade, incluindo-se aí a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

A barragem atinge diretamente uma área ecológica estadual e comunidades camponesas negras (Calunga), originárias de quilombos, com cerca de 10.000 habitantes. Os Calunga dizem que não saem da terra, onde localizam-se seus santuários e de onde se refugiaram dos senhores de escravos.

Os Calunga souberam da construção da barragem com a invasão de seu território por técnicos da firma de consultoria ENGERIO, a serviço de FURNAS. A partir daí contactaram pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFGO) e técnicos do

Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO), além da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que desenvolve trabalho em parte da área.

Os pesquisadores, professores e alunos da UFGO, auxiliados por técnicos do IDAGO, começaram, no início de 1988, a articular um movimento de defesa do povo Calunga contra a construção da barragem que afeta seu território.

Do comitê participam também o Movimento Negro Unificado (MNU) e partidos políticos comprometidos com as causas populares.

A partir daí o Comitê Calunga tem levado informações a esta população que ainda hoje mantém pouco contato com a sociedade abrangente. A CPT, que tem um trabalho junto aos Calunga também participa informando a população.

Já foram realizados atos públicos nas várias festas anuais das comunidades negras acentuando a necessidade da luta contra a construção da hidrelétrica. Em Goiânia, também são feitas reuniões e denúncias na imprensa. A luta apenas está começando e a principal bandeira é a da não construção da barragem e o respeito à Constituição Federal que garante a propriedade da terra às comunidades oriundas de antigos quilombos.

AS QUESTÕES DISCUTIDAS

No I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, o confronto das experiências de movimentos de regiões e práticas políticas bastante diversas, mas que se defrontam com empresas governamentais de ação semelhante, proporcionou uma riqueza de discussões que permitiu avançar na compreensão global do problema a ser enfrentado e nas formas de realizar esta luta.

O problema

A questão que fundamentou toda a discussão e diz respeito à origem dos movimentos de atingidos e ao próprio Encontro Nacional, é a existência de uma política energética gerada nos gabinetes da burocracia estatal, que o governo tenta impor à sociedade. Essa política baseia-se num modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico e não a qualidade de vida da população. Desse modo, a política energética beneficia os interesses particulares dos grandes capitalistas nacionais e internacionais, em prejuízo da grande maioria da população, os trabalhadores.

Dentro da política energética global, a atuação particular do Setor de Energia Elétrica mostra o predomínio da opção de geração através de usinas hidrelétricas. Isto tornou-se possível pela existência no país de uma enorme quantidade de rios aproveitáveis energeticamente. No entanto, a forma com que as hidrelétricas vêm sendo concebidas — grandes unidades com grandes reservatórios — serve aos interesses dos grandes consumidores e dos grupos envolvidos com o processo de construção dessas usinas. Várias intervenções nos debates destacaram como privilegiadas as indústrias de capital multinacional, cujos produtores têm fabricação altamente absorvedora de eletricidade (como a ALBRÁS, ALUMAR e Camargo Correa Metais, metalúrgicas de alumínio consumidoras de mais da metade da energia produzida em Tucuruí). Com interesses na obra propriamente dita, foram apontadas as grandes empreiteiras nacionais de construção civil e as empresas multinacionais fabricantes de equipamentos elétricos pesados.

Estado e Setor Elétrico

Em todo esse processo o papel do Estado brasileiro foi considerado fundamental, atuando como “testa de ferro do capitalismo internacional”, como destacou o Avelino Ganzer da Direção Nacional da CUT na abertura do Encontro. Esse papel se manifesta não só através do planejamento da política do Setor mas também pela administração e o controle do sistema nacional de geração e distribuição de energia elétrica. No exercí-

cio dessas funções o Estado construiu um gigantesco aparelho que tem como cabeça o “casal” Ministério de Minas e Energia/ELETROBRÁS e como tentáculos suas “filhas” diletas as subsidiárias ELETROSUL, ELETRONORTE, FURNAS, CHESF e ITAIPÚ. Não menos importante para a intervenção estatal são as companhias estaduais, especialmente as de grande porte que atuam na geração, como a mineira CEMIG, a paulista CESP e a paranaense COPEL.

A prática do Setor Elétrico

Um ponto importante do Encontro foi a constatação de que a prática dessas empresas é semelhante, tanto no que diz respeito ao planejamento quanto aos modos de implantação de cada hidrelétrica. O planejamento global do Setor, responsabilidade da ELETROBRÁS, baseia-se na perspectiva de crescimento dos diversos setores da economia. Assim, através da imaginação de como será o futuro, deduz o crescimento da procura de energia elétrica. Processo que, foi bastante frisado nos debates, mostra fortes indícios de estar sido feito em função de interesses particulares. De qualquer modo, estabelecida essa previsão de procura de eletricidade nos anos futuros, sua satisfação é pensada principalmente através do aumento da oferta de energia. Portanto, gerar mais, construir mais usinas, tem sido o mais importante eixo de ação do Setor Estatal de Eletricidade. Dentro desta lógica, o discurso que procura justificar a opção principal pelas hidrelétricas tem como base, além da questão dos custos, unicamente o mito da “energia limpa”, numa visão que obscurece completamente seus efeitos perversos. A aparente preocupação ética, no entanto, é desmascarada quando, sob pressão do movimento social, o Setor Elétrico candidamente afirma: “se não construirmos hidrelétricas... teremos que fazer usinas nucleares”.

Esses importantes aspectos do modo de planejar da ELETROBRÁS foram alvos de fortes críticas pelos atingidos das diversas partes do país. Particularmente porque esse planejamento não busca transformar o quadro existente, onde pequena parcela de privilegiados consome muita eletricidade, ao contrário da maioria da população. Foi defendido no Encontro a necessidade da redistribuição do uso da energia elétrica, inclusive proporcionando o acesso a este benefício aos 40% da população que nada consome, segundo a própria ELETROBRÁS. Esta redistribuição, evidentemente, modifica a base do planejamento energético. De qualquer modo, estabelecida uma necessidade futura, as discussões concluíram que o atendimento deverá basear-se em critérios que privilegiem a economia de energia. A expansão da geração que, ainda assim, for considerada necessária, não deverá ter grandes usinas hidrelétricas como padrão. Usando as tecnologias tradicionais, o modelo baseado na descentralização e no pequeno porte deverá ser o preferido. Além disso, todo o incentivo deverá ser dado às novas tecnologias de menores efeitos sociais e ambientais. O uso das amplas reservas de gás natural do país foi apontado como uma alternativa que poderia ter utilização imediata.

Ainda dentro da análise do planejamento do Setor Elétrico a questão dos custos foi levantada em várias oportunidades, a partir da constatação de que, na maioria das vezes, o custo real das hidrelétricas brasileiras tem sido bem maior do que o estimado. A discussão concluiu que isto acontece pela não consideração ou a minimização de efeitos sociais e ambientais. Há um claro interesse do Setor em prever o baixo custo para viabilizar economicamente o empreendimento.

A “unidade” do Setor Elétrico, como já foi indicado, não foi vista pelos atingidos tendo como base exclusiva o planejamento global centralizado na ELETROBRÁS e traduzido em suas dimensões regionais pelas subsidiárias. Mas baseada também numa prática que se manifesta sob vários aspectos. Primeiro, a dificuldade em se obter informações sobre os projetos. Mais que isto, foi caracterizada uma verdadeira prática de desinformação por parte das estatais do Setor Elétrico, o que foi apontado não como ocasional, mas fruto de uma tática de abordagem das populações das áreas influenciadas pelas barragens.

Outro ponto identificado desse modo de agir comum foi o de, na prática, essas em-

presas considerarem atingidos quase que exclusivamente os “afogados”, aqueles que vivem nas áreas que serão alagadas. Além disso, estes só são considerados em seus direitos como proprietários, e não como cidadãos que têm suas vidas estabelecidas em determinado local através de moradia, trabalho, laços culturais, etc. A consideração única dos direitos de propriedade não permite a recomposição dos modos de vida. Assim, por exemplo, parceiros e arrendatários, mesmo quando indenizados por suas benfeitorias, ficam sem acesso à terra, fundamento de seus trabalhos. Essa postura das subsidiárias da ELETROBRÁS faz entender porque, não por acaso, a questão é tratada pelos departamentos de patrimônio dessas empresas.

Também foi destacada como comum entre as subsidiárias, a tentativa de negação dos movimentos e organizações dos atingidos. O reconhecimento destes e, portanto, sua aceitação num processo efetivo de negociações, em geral só tem acontecido após enormes mobilizações e, em alguns casos, com o bloqueio do trabalho da empresa governamental e suas empreiteiras na região da hidrelétrica. O objetivo é sempre o de desqualificar a representatividade dos movimentos, buscando manter relações individualizadas com os atingidos. Mesmo quando, sob pressão — como em Itá e Machadinho, no Sul, e Itaparica, no Nordeste — as estatais foram forçadas a negociar coletivamente, o fizeram somente sobre os efeitos do empreendimento. Jamais aceitaram discutir a própria decisão de fazer a obra, o que bem demonstra o caráter limitado das vitórias até agora obtidas.

Um último aspecto sobre a prática do Setor, vivamente ressaltado durante as discussões, foi a não consideração das particularidades dos grupos minoritários que compõem a população brasileira, quando atingidos pelas barragens. Em especial a relação dos povos indígenas com seus territórios e as práticas sócio-culturais das comunidades negras. Os emocionados depoimentos de Kaingang, Guarani e Pankararu trouxeram à tona a dramaticidade do problema indígena, agravado pelos inúmeros conflitos com posseiros e garimpeiros que invadem cada vez mais as suas terras. O cacique Kaingang Vicente destacou a importância de que brancos e índios se unam na luta contra o inimigo comum.

Os efeitos perversos das hidrelétricas

A caracterização do planejamento e da prática do Setor Elétrico levou as discussões do Encontro para o campo das consequências das hidrelétricas já construídas e dos efeitos que se pode prever com a concretização do Plano 2010.

Os relatos sobre hidrelétricas construídas ou em construção mostraram claramente que os efeitos perversos desses empreendimentos acontecem antes, durante e após a obra. A partir do momento em que a população da região onde vai ser feita a usina toma conhecimento do objetivo governamental, começa a haver uma “tensão” face à incerteza do futuro, que desorganiza a vida social e, particularmente, a atividade produtiva. A especulação com a terra e os imóveis começa a campear. Os depoimentos mostraram como é frequente nessa fase a expulsão de inquilinos nas cidades e as de parceiros, arrendatários e posseiros no campo. Aliado a isto, a presença da estatal e suas consultoras na região, para estudos preliminares, tem-se caracterizado por invasões e danos às propriedades.

Durante o período da obra principal (barramento, montagem de turbinas etc), os efeitos mais importantes identificados pelos atingidos foram os decorrentes da grande concentração de trabalhadores e dos processos paralelos de desapropriação de terras e deslocamento de populações. A presença maciça dos operários tem trazido problemas de sobrecarga às redes de serviços e infra-estrutura regional. A questão de saúde tem se mostrado particularmente grave nesse momento. Os operários, em geral migrantes das mais diferentes partes do país, podem ser portadores de doenças estranhas à região. Por outro lado, eles próprios mostram-se menos resistentes às enfermidades típicas da área. Esses dois aspectos são ainda agravados pelo maior contato entre as pessoas, decorrente da concentração, que favorece a transmissão de certas moléstias. Esse quadro,

evidentemente, gera o crescimento da procura dos serviços de saúde regional que, na maioria dos casos, não estão dimensionados e nem capacitados para a nova realidade. Mesmo quando os empregados da obra têm assistência médico-hospitalar própria, o problema se mantém para os antigos habitantes da região e para os que chegaram atraídos pelo empreendimento, mas não foram contratados.

Os exemplos mostraram que, normalmente, tem sido durante o período de obras que se desenvolve o grosso do processo de aquisição de terras da área do reservatório e o deslocamento dos "afogados". A prática das empresas, como já foi afirmado, é a tentativa de negociação individual e da indenização em dinheiro. Contudo, vários movimentos presentes ao Encontro relataram uma nova situação decorrente da luta dos atingidos. Negociações coletivas, valores de indenização compatíveis com o mercado, terra por terra, reassentamento para os sem-terra, são algumas vitórias que puderam ser contadas. Todavia, estes êxitos não eliminaram a desorganização do mercado regional de terras e imóveis, a concentração da propriedade da terra, o aumento dos sem-terra, a migração para as cidades, a invasão dos territórios indígenas, a dispersão de comunidades e povoados, a desarticulação da base de sindicatos rurais e urbanos e a desorganização do próprio movimento de atingidos.

O término da construção tem trazido ainda um novo conjunto de consequências, decorrentes, agora, do desemprego de milhares de trabalhadores. A migração, o crescimento da marginalidade urbana, a favelização, são algumas características desse momento particular, relatadas pelos atingidos. A dimensão dos fluxos populacionais gerados pela construção das hidrelétricas tem sido de tal ordem, que o representante dos atingidos de Balbina afirmou estarem essas obras funcionando como verdadeiros "instrumentos de controle da população".

Com o enchimento do reservatório e a operação da hidrelétrica, nova fase tem início. A formação do lago tem, em geral, ocasionado piora na qualidade da água, provocando consequências sérias. O fato tem sido extremamente mais grave nos reservatórios formados em áreas de floresta tropical que não foram desmatadas, como os relatos sobre Tucuruí e Balbina mostraram. Lá, a água do rio utilizada para consumo doméstico passou a ser veículo de contaminação e transmissão de doenças. A pesca, nos primeiros tempos, até foi boa no reservatório... porque os peixes que migram estavam retidos e só conseguiam sobreviver próximo à superfície, pela falta de oxigênio em águas mais profundas. Rapidamente gases fétidos empestaram a região e os mosquitos proliferaram violentamente. A jusante, os peixes simplesmente desapareceram.

As consequências do represamento dos rios, além de tudo, não se têm manifestado somente na área do reservatório. Especialmente o representante dos atingidos de Tucuruí mostrou que à jusante das barragens os problemas também podem ser graves. Além da questão da qualidade da água, a forma do rio tende a se modificar. Curvas surgem e desaparecem. Praias deixam de existir. O saber dos ribeirinhos é perdido. O rio é regido não mais pelas leis da natureza, que a população aprendera a conhecer, mas pela lógica de homens interessados exclusivamente em gerar energia elétrica. A impossibilidade das plantações de várzeas é apenas um dos aspectos cruéis dessa nova lógica.

Para os presentes no Encontro Nacional ficou claro, com o exemplo das hidrelétricas construídas e em construção, a mentira do discurso que fala dos "usos múltiplos" dessas barragens. Como falar em lazer e pesca em águas fétidas e sem oxigênio? Como falar em irrigação com águas poluídas? Como falar em regularização dos rios, se o que comanda as comportas é a demanda dos grandes consumidores de eletricidade, alheios a qualquer problema ribeirinho?

Quem são os atingidos?

Além das consequências, outras questões específicas foram colocadas e debatidas ao longo do Encontro. A indagação sobre "quem são os atingidos?" provocou uma ampla discussão. O que estava em jogo era a definição da base do movimento: se deveria centrar-se nos trabalhadores "afogados" ou procurar expandir-se com outros grupos

afetados de modo diferente. Historicamente os “afogados” têm sido os que primeiros se mobilizam e, em geral, os que se mantêm à frente da luta. Apesar disto, a preocupação em ampliar a base de sustentação dos movimentos e o exemplo de barragens onde o problema de maiores dimensões não é o dos “afogados”, mas o da população rio abaixo, determinou que o plenário definisse por consenso que “atingidos são todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida”. A definição, por seu caráter abrangente, permite que cada movimento dê conta de sua realidade específica.

Estratégias e práticas do movimento

Outro grupo de questões tratadas diz respeito às estratégias, práticas e formas de organização do movimento de atingidos. A discussão de estratégias foi polarizada por duas questões. A primeira indagava o efetivo significado das negociações e acordos com as empresas do Setor Elétrico. Neste campo, um ponto específico de dabeite foi se a construção das hidrelétricas, necessariamente, implica em perdas para os atingidos. A resposta clara e não contestada foi de que a negociação que os atingidos têm conseguido impor, apenas viabiliza o programa do Setor. Negociações e acordos sobre indenizações, reassentamentos, etc, remédiam um fato consumado, não repondo, nos casos acontecidos até o presente, os custos sociais e ambientais impostos. Foi lembrado que as barragens, por sua própria natureza, produzem efeitos negativos portanto, perdas para os atingidos, independentemente dos prejuízos causados pelo modo como são implantadas.

A outra questão que polarizou a discussão de estratégias foi se os atingidos deveriam ou não apontar alternativas à política energética vigente. As várias intervenções convergiram para a necessidade do movimento colocar reivindicações específicas, exigir transparências e participação no processo decisório e indicar critérios para a política de construção de hidrelétricas.

Não houve um processo conclusivo, contudo, quanto ao ponto específico das alternativas. As diferentes visões podem ser sintetizadas em dois campos: o dos que associavam a luta frente ao Plano 2010 à apresentação de uma contraproposta à política aí expressa e o dos que frisavam que o papel do movimento é o de pressionar a máquina governamental para a busca de soluções que atendam aos interesses dos atingidos.

A discussão desses pontos, aliada à consideração de que a realização do Plano 2010 significará que 10% da população brasileira serão atingidos por barragens, com enormes custos sociais e ambientais, levou a um posicionamento unânime contra o plano da ELETROBRÁS, traduzido na determinação de luta pelo reconhecimento e a participação dos atingidos numa rediscussão da política do Setor Elétrico. Este posicionamento foi associado à bandeira do “congelamento” da expansão da geração elétrica, até que os danos já causados pelo Setor tenham sido sanados. Desse modo, os presentes ao Encontro Nacional se posicionaram por dois eixos de enfrentamento: o da luta contra as barragens não iniciadas e o da luta pela efetiva reparação das perdas sociais e ambientais causadas pelas hidrelétricas em operação ou construção.

Foi levantado um amplo campo de possibilidades para efetivar as diretrizes de luta apontadas, tendo sido ressaltado, contudo, com base no exemplo dos atingidos da bacia do Rio Uruguai, que o movimento só pode avançar quando deixa de ser de cúpula e incorpora a participação da massa. Particularmente, foram destacadas as seguintes possibilidades: ações jurídicas, especialmente através da “ação civil pública” e dos instrumentos da nova Constituição; pressões sobre as diferentes instâncias dos poderes Legislativo e Executivo, através de denúncias, pedidos de CPI, abaixo-assinados, etc; manifestações de massa, como atos públicos e romarias; divulgação nos meios de comunicação por intermédio de entrevistas, distribuição de informes, etc; negociações coletivas; e enfrentamento direto. Sobre esta última forma de ação, os exemplos da CRAB (em Itá e Machadinho), do Polo Sindical (em Itaparica), e do Movimento de Tucuruí (Pará), falam por si só para demonstrar sua importância. Retirada dos marcos de loca-

lização das obras do reservatório, impedimento da entrada de funcionários das empresas nas propriedades, acampamento nos canteiros de obra e escritórios, paralização da obra, fechamento de estradas, etc, fazem parte do conjunto de ações levado a cabo por esses movimentos. Representantes da CRAB consideraram que, na sua região, este tipo de prática foi uma das bases do fortalecimento e da expansão do movimento.

Organização do movimento

A necessidade de consolidar a organização, tanto o nível de cada movimento, como da articulação nacional, foi considerada fundamental para garantir a possibilidade de avanço da luta. No plano local/regional o debate distinguiu duas formas diferentes, com resultados altamente positivos. A dos atingidos de Itaparica, onde a luta tem à frente uma articulação de sindicatos — o "Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco" — e a dos atingidos da Bacia do Rio Uruguai, onde a organização se faz através de um movimento popular autônomo — a "Comissão Regional de Atingidos por Barragens" (CRAB). Esta entidade, criada especialmente em função do problema das hidrelétricas, visa, conforme depoimento de seus representantes, "reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens construídas ou projetadas na Bacia do Rio Uruguai, na defesa de seus direitos frente às empresas, autoridades e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidas na questão".

Os dois tipos de organização respondem a realidades sociais e políticas distintas. As discussões do Encontro Nacional não priorizaram qualquer das formas. Mas apontaram para a necessidade de serem respeitadas as diferentes realidades e indicaram os exemplos da CRAB e do Pólo Sindical como referências. A estrutura interna da CRAB — organização de base em Comissões Locais que se articulam em Comissões Municipais e estas em Comissões de Sub-Regiões, centralizadas pela Coordenação Regional, foi ainda destacada por sua consistência.

A necessidade dos diversos movimentos locais/regionais se articularem em nível nacional foi outra unanimidade entre os presentes. Esta tinha sido, aliás, a motivação que dera origem ao próprio Encontro. No entanto, a forma de consolidar essa necessidade provocou uma ampla discussão. Ao final, prevaleceu uma postura cautelosa que privilegiou, antes da criação da estrutura, o fortalecimento do movimento pela base. A extrema heterogeneidade dos movimentos pesou bastante nessa decisão. Foi considerado que seria precipitada a escolha de uma direção política pelas delegações presentes. Optou-se então por definir uma "Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens", composta por um representante da CUT Nacional, uma das Nações Indígenas e três dos movimentos — respectivamente, um por cada região: Norte, Nordeste/Sudeste e Sul. A essa "Comissão" foi atribuída a tarefa de levar adiante as resoluções tomadas até o próximo Encontro Nacional em 1990.

Papel das entidades de apoio e assessoria

No bojo da discussão sobre organização, uma questão demandou atenção particular. A que tratava do papel das entidades de apoio e o trabalho de assessoria. Foram identificadas necessidades do movimento nos campos financeiros, estrutural, técnico e político. Os principais tipos de entidades que têm prestado essas formas de colaboração são sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, movimentos de natureza diversa, Igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e universidades. A CUT, em particular, além do apoio nos campos indicados, tem tido um papel especial na articulação de alianças.

Sobre a relação do movimento com entidades e indivíduos, foi claramente explicitado que a assessoria não é o movimento, e que este só tem condições de avançar quando os atingidos estiverem na sua direção. Foi também afirmado que esta direção só se efetiva quando os próprios atingidos, e não a assessoria, controlam as finanças. Dentre os vários trabalhos possíveis dos assessores, foram destacados os de oferecer subsídios pa-

ra a ação e contribuir para o avanço das propostas. Como sinal de alerta, foi ressaltada a importância do respeito à realidade de cada movimento.

Resoluções finais

As discussões que culminaram o **I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens** abordaram as prioridades que o trabalho, articulado nacionalmente, deverá ter. O pano de fundo desse debate foi a reafirmação do posicionamento contrário ao Plano 2010 e a configuração do campo inimigo. Dentro deste campo foram identificadas as diversas instâncias do Poder Executivo e, no âmbito federal, destacados os órgãos que compõem o Setor Elétrico: o Ministério das Minas e Energia, a ELETROBRÁS e as subsidiárias ELETROSUL, ELETRONORTE, CHESF, FURNAS e, ainda, Itaipu Binacional. No âmbito dos estados da federação, foram indicadas suas empresas de energia elétrica (COPEL, CEMIG, CESP e outras). Dentre os grandes grupos econômicos foram apontados especialmente como inimigos os grandes empreiteiros da construção civil, fabricantes de equipamentos elétrico pesado e grandes comerciantes. Na dimensão local/regional, foi ressaltado o apoio irrestrito dado à construção das hidrelétricas pelos comerciantes. Os partidos políticos ligados ao governo também foram nitidamente enquadrados no campo oposto aos atingidos.

O posicionamento contra o plano da ELETROBRÁS e, particularmente, contra a construção das hidrelétricas aí projetadas, foi pensado a partir de uma dupla consideração. Primeiro, a de que essas usinas provocam efeitos negativos por sua própria natureza. Esta visão baseou a reivindicação fundamental de participação no processo decisório da política setorial. Segundo, a de que grande parte das conseqüências perversas tem sido causada pelo modo de implantação dos projetos, o que sustentou os eixos de luta pela reparação dos efeitos já causados e pela mudança da prática do Setor.

Tendo como referência essas considerações estratégicas amplas, uma série de linhas de ação foram definidas. Contudo, ao final foram priorizados quatro eixos, que deverão servir de orientação para a prática de cada movimento local/regional e o trabalho da "Comissão Nacional Provisória". São eles:

- 1º) implantação do trabalho de base (através de comissões locais, municipais e regionais);
- 2º) incentivo ao intercâmbio, à troca de experiências e às ações de solidariedade;
- 3º) pressão política sobre o Poder Público; e
- 4º) organização de grupo de assessoria nacional.

Como manifestação pública dos resultados do Encontro foi redigida a **CARTA DE GOIÂNIA**, que sintetiza os principais pontos das discussões realizadas, apresenta as reivindicações específicas sobre a problemática gerada pela política de energia elétrica e se posiciona sobre outras questões cruciais da sociedade, definindo alianças e marcando a inserção do movimento de atingidos por barragens na luta geral dos trabalhadores brasileiros.

CARTA DE GOIÂNIA

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia, de 19 a 21 de abril de 1989, reconhecemos a importância da geração de eletricidade, mas também da sua economia e conservação. Entretanto, sabemos que a atual política do setor elétrico atende a um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do grande capital (construtoras, mineradoras, indústrias, fabricantes de equipamentos pesados e financiadores — nacionais e internacionais — e credores da dívida externa), excluindo a classe trabalhadora do processo de decisão, planejamento e implantação dos programas do setor.

Esta política, concretizada no Plano 2010 da Eletrobrás, é elaborada no sigilo dos altos gabinetes, sem a participação da sociedade.

Os projetos do setor elétrico não geram só energia, mas uma série de efeitos perversos, tais como: inundação de milhares de hectares de terras férteis; aumento da concentração fundiária — deslocando contra a sua vontade — milhares de famílias de trabalhadores rurais e ribeirinhos e de povos indígenas; expulsão do homem do campo para as periferias das cidades; empobrecimento da população atingida; dispersão de comunidades e povoados; perda de um saber popular sobre a terra e o rio; alteração dos rios com ocorrência de doenças e contaminações das águas.

Diante deste quadro exigimos do governo:

1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;

2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pela hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;

3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias do setor elétrico;

4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores!

Demarcação das terras indígenas!

Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos!

Não pagamento da dívida externa!

Goiânia, 21 de abril de 1989

Central Única dos Trabalhadores — CUT

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens — CRAB

Comissão Pastoral da Terra — CPT

Pólo-Sindical do Sub-Médio do São Francisco (PE-BA)

Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do rio Iguaçu — CRABI

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira/Pará

Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari — MAREWA

Comitê Calunga — Universidade Federal de Goiás

Comissão Pró-Índio de São Paulo — CPI/SP

Conselho Indigenista Missionário — CIMI

Centro de Apoio aos Movimento Populares do Vale do Jequitinhonha — CAMPO

Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Sedes Sapientiae-SP — CEPIS

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil — FEAB
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST
Partido dos Trabalhadores — Secretaria Agrária Nacional — PT
Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos de Marabá — Pará — SDDH
Marabá
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional — IPPUR/UFRJ;
Comissão de Atingidos pela UHE Dona Francisca
Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu —
CRACOHX
Comissão Regional dos Atingidos por Barragens / Nordeste
Comissão Estadual de Atingidos por Barragens / Rondônia
Comissão do Povo na Luta contra a Barragem do Castanhão
Comunidade Kaingang de Iraí / RS
Comunidade Kaingang de Chapecozinho
Comunidade Avá-Guarani
Comunidade Pankararu

Abreviaturas e siglas utilizadas no texto

ASSESOAR	— Associação de Estudos e Orientação Assistencial Rural
A. I.	— Área Indígena
CAMPO	— Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
CAPA	— Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CDBER	— Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
CEDI	— Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEEE	— Companhia Estadual de Energia Elétrica-RS
CEMIG	— Companhia Energética de Minas Gerais
CHESF	— Companhia Hidrelétrica de São Francisco
CIMI	— Conselho Indigenista Missionário
COAGRO	— Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda.
COPEL	— Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPI-SP	— Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT	— Comissão Pastoral da Terra
CRAB	— Comissão Regional de Atingidos por Barragens (bacia do Rio Uruguai)
CRABI	— Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRACOHX	— Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu
CUT	— Central Única dos Trabalhadores
DNTR	— Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT
ELETOBRÁS	— Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
ELETRONORTE	— Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.
ELETROSUL	— Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.
FUNAI	— Fundação Nacional do Índio
FURNAS	— Furnas Centrais Elétricas S. A.
GETAT	— Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IPPUR	— Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ
MAREWA	— Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari
MN	— Museu Nacional da UFRJ
PT	— Partido dos Trabalhadores
STR	— Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDR	— União Democrática Ruralista
UFRJ	— Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE	— Unidade de Produção de Energia Hidrelétrica/Usina Hidrelétrica

**CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES — CUT
COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS — CRAB**

Outubro de 1989

Edição do Texto: Aurélio Vianna — Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)
Frederico Guilherme Bandeira de Araujo — Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Revisão: Marisa Duarte

Projeto Gráfico: Pirata: Estúdio de Arte e Vídeo

Colaboraram nos textos sobre as situações dos movimentos localizados:

- UHE Tucuruí** — Sônia Magalhães — Museu Nacional — UFRJ.
UHE Balbina — Movimento de Apoio à Resistência Waimiri — Atroari (MAREWA).
UHE Cachoeira Porteira — Igreja Católica de Oriximiná. Comissão Pró-Índio de São Paulo.
UHE Ji-Paraná — Comissão Estadual de Atingidos por Barragens — Rondônia.
UHES Belo Monte/Juruá e Babaquara — Leinad A. O. Santos e Lúcia M. M. de Andrade, in **AS HIDRE-
LÉTRICAS DO XINGU E OS POVOS INDÍGENAS**, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
UHE Sobradinho — Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-Médio São Francisco — Comissão
Pastoral da Terra.
UHE Itaparica — Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-Médio São Francisco — Madalena La-
cerda — Povos Indígenas: Comissão Pró-Índio de São Paulo.
Barragem de Castanhão — Comissão Pastoral da Terra.
UHE Santa Rita — Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (CAMPO)
— Sindicato de Trabalhadores Rurais de Minas Novas, Turmalina e Chapada do Norte.
UHES do Rio Paraíba do Sul — Comissão Pastoral da Terra e Comissão Pastoral Urbana.
UHES Itaipu — Angela D. D. Ferreira, in **MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO**, Edições CRIAR, Cu-
ritiba, 1987. — Povos indígenas — CIMI — Conselho Indigenista Missionário — Regional Sul.
UHES do Rio Iguaçu — Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). — As-
sociação de Estudos e Orientação Assistencial Rural (ASSESOAR).
UHES do Rio Uruguai — Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB).
UHE Foz do Bezerra — Comitê Calunga.

Questões técnicas:

Oswaldo Savá — Instituto de Geociências da UNICAMP

CUT
Central Única dos Trabalhadores

CRAB
Comissão Regional de Atingidos por Barragens

OUTUBRO DE 1989

CUT

Central Única dos Trabalhadores

CRAB

Comissão Regional de Atingidos por Barragens

OUTUBRO DE 1989